

**RESOLUÇÃO N° 159/2019-CEPE, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.**

**Altera o Projeto Político-Pedagógico do curso de Serviço Social - Bacharelado, do campus de Toledo e revoga a Resolução n° 247/2014-Cepe.**

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em reunião ordinária realizada no dia 12 de setembro do ano de 2019,

considerando o contido na CR n° 58008/2019, de 16 de agosto de 2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Alterar conforme o Anexo desta Resolução, o Projeto Político-Pedagógico do curso de Serviço Social - Bacharelado, do Centro de Ciências Aplicadas, do campus de Toledo, com aplicação a partir de 2020 para as turmas/séries em andamento.

**Art. 2°** Ao término do ano letivo de 2019, revoga-se a Resolução n° 247/2014-Cepe, de 13 de novembro de 2014.

**Art. 3°** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Cascavel, 12 de setembro de 2019.

PAULO SÉRGIO WOLFF,  
Presidente do Conselho de Ensino,  
Pesquisa e Extensão.

ANEXO DA RESOLUÇÃO N° 159/2019-CEPE, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO  
DE SERVIÇO SOCIAL - BACHARELADO**

**I - IDENTIFICAÇÃO**

CURSO: SERVIÇO SOCIAL	
CAMPUS: TOLEDO	
CENTRO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	
NÚMERO DE VAGAS: 40	TURNO: MATUTINO com estágio nas duas últimas séries, fora da grade de horário matutino.
LOCAL DE OFERTA: CAMPUS DE TOLEDO	
CARGA-HORÁRIA EM HORAS: 3.740 horas	
MODALIDADE DE OFERTA	XX PRESENCIAL
	À DISTÂNCIA
GRAU DE CURSO	XX BACHARELADO
	LICENCIATURA
	TECNOLÓGICO
INTEGRALIZAÇÃO	Tempo mínimo: 4 anos
	Tempo máximo: 7 anos
COM ÊNFASE EM:	VAGAS:
COM HABILITAÇÃO EM:	VAGAS:
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2015*	

\* Alterado em 2019 - atualização de legislação. Implantação integral para todas as turmas a partir de 2020.

**II - LEGISLAÇÃO**

<b>DE AUTORIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO CURSO</b> (Resoluções COU/Cepe, Parecer CEE/PR, Resolução Seti e Decreto)
<p>Parecer n°. 073/86, de 07 de março de 1986 do Conselho Estadual de Educação - CEE, que aprova a Carta Consulta do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato em Toledo - PR.</p> <p>Parecer n° 320/86, de 05 de setembro de 1986 do Conselho Estadual de Educação -CEE, que autoriza o funcionamento do Curso.</p> <p>Decreto n° 93.539/86, de 18 de novembro de 1986 do Presidente da República, que regulamenta o funcionamento do Curso.</p>

<b>DE RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO</b> (Decreto, Resolução Seti, Parecer CEE/PR)
<p>Parecer n° 282/90, de 07 de dezembro de 1990 do Conselho Estadual de Educação -CEE, que reconhece o curso.</p> <p>Portaria n° 674, de 09 de maio de 1991 do Ministro do Estado da Educação, que reconhece o Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato em Toledo-PR.</p> <p>Regulamenta a profissão.</p> <p>Renovação de reconhecimento: Parecer n° 35/2010, Decreto Estadual 7080 de 12/05/2010.</p> <p>Renovação de reconhecimento, Decreto Estadual n.º 2899, de 30.11.2015.</p>
<p><b>BÁSICA</b> (Resolução e Parecer do CNE, do CEE e da Unioeste, as DCN's do curso; e Legislação que regulamenta a profissão, quando for o caso)</p>
<p><b>Legislações Nacionais/Estadual:</b></p> <p>Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social construída e aprovada respectivamente na II Oficina Nacional de Formação Profissional e na Assembléia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, realizada em novembro de 1996 na cidade do Rio de Janeiro - RJ.</p> <p>Lei Federal n° 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</p> <p>Parecer n° 776/97: CNE: Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação</p> <p>Parecer n° 583/2001: CNE/CES: Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de Graduação</p> <p>Parecer n° 100/2002: CNE/CES: Carga-horária dos cursos de Graduação</p> <p>Parecer n° 67/2003 - CNE/CES: Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;</p> <p>Resolução CNE / CES n° 3/2007 item "d" e item "e";</p> <p>Parecer n° 492/2001 - CNE/CES: Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.</p> <p>Parecer n° 1363/2001 - CNE/CES: Retificação do Parecer 492/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.</p> <p>Resolução n° 15 - 13/03/2002: CNE/CES: Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.</p>

Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Resolução CFESS n° 273/93, Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993, pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Resolução CFESS n° 533/2008, dispõe sobre a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social.

Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Resolução CNE/CP n° 01, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, CNE, 2004.

Processo n.° 880/2006. Deliberação n.° 04/06. Aprovada em 02/08/06. Comissão temporária - Portaria n.° 08/06. Interessado: Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Estado do Paraná. Assunto: Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Lei n° 11.645, DE 10 de março de 2008. Altera Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Resolução CNE/CES n° 3/2007 e Parecer CNE/CES n° 261/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências; - Carga-horária mínima em horas para Bacharelados e Licenciaturas - Resolução CNE/CES n° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial);

Tempo de Integralização - Resolução CNE/CES n° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial);

Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Decreto nº 5.296/2004);

Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e Decreto nº 4.281, de 25/06/2002). Lei Estadual nº 17.505, de 11/01/2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015), 2013.

Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Portaria Normativa n.º 11, de 20 de junho de 2017 - Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017.

Portaria Normativa n.º 21, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Portaria Normativa n.º 22, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.

Portaria Normativa n.º 23, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Oferta de até 20% da carga-horária total do curso na modalidade a distância nos cursos presenciais e reconhecidos. Resolução nº 098/2016-Cepe, de 30 de junho de 2016. Aprova o regulamento para a oferta de atividades na modalidade de educação à distância nos cursos

presenciais de graduação da Universidade Estadual de Oeste do Paraná.

Lei n° 13.185 de 6 de novembro de 2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Deliberação CEE n.º 02/2016 - Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

Disciplina de Libras, Decreto n° 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Resolução CNS n° 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Deliberação n° 02/2009 - CEE estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior [...].

Parecer n° 8 de 6 de março de 2012 - CNE/CP. Resolução n°1 de 30 de maio de 2012 - CNE/CP Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Deliberação 02/2015-CEE que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Lei n°12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autismo

Lei n° 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual.

Lei n° 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

Deliberação CEE/PR n.º 01/2017, Fixa normas para as Instituições de Educação Superior Mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos.

#### **Legislações Unioeste:**

Resolução n° 034/2000 - COU: Aprova critérios para elaboração e a determinação do Índice de Atividade de Centro.

Resolução n° 385/2008 - Cepe, aprova o Regulamento das Diretrizes Gerais para os Estágios Supervisionados dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Resolução nº 317/2011-Cepe, de 15 de dezembro de 2011. Cria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para o ensino de graduação da Unioeste.

Resolução nº 138/2014 - Cepe, Aprova as Diretrizes para o Ensino de Graduação da Unioeste.

Resolução 102/2016-Cepe, que aprova Regulamento de Elaboração e Alteração de Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação na Unioeste.

Resolução 095/2016-Cepe, que aprova os turnos de oferta, o horário de funcionamento, a duração da aula e define o trabalho discente efetivo nos cursos de graduação da Unioeste.

Resolução 096/2018-Cepe, aprova o regulamento dos procedimentos para elaboração, tramitação e acompanhamento de planos de ensino.

Resolução 138/2014-Cepe, aprova as diretrizes para o ensino de graduação da Unioeste, revoga a Res. 287/2008-Cepe.

Resolução 097/2016-CepE, que aprova o regulamento da oferta de disciplinas nos cursos de graduação da Unioeste.

Resolução nº 099/2016-Cepe, que aprova o regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares.

Resolução nº 093/2016-Cepe, que Regulamenta o Sistema de Gestão Acadêmica - Academus, dos cursos de graduação da Unioeste.

Resolução nº 098/2016-Cepe, que aprova o regulamento para a oferta de atividades na modalidade de educação à distância nos cursos presenciais de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Resolução nº 101/2016-Cepe, que aprova o Regulamento de Avaliação da Aprendizagem, Segunda Chamada de Avaliação e Revisão de Avaliação.

Resolução nº 100/2016-Cepe, que aprova o Regulamento do Aproveitamento de Estudos e de Equivalência de Disciplinas nos Cursos de Graduação, na Unioeste.

Resolução n.º 028/2003-COU, aprova o Regimento Geral da Unioeste.

### **III - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

**JUSTIFICATIVA:**

A presente avaliação e reestruturação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da Unioeste, *campus* de Toledo, retoma o processo iniciado pelo Colegiado de Curso no ano de 2000, pautado na implantação das novas Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria em novembro de 1996, na cidade do Rio de Janeiro, na Assembleia Nacional da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, entidade à qual o Curso é sócio-institucional.

Considera ainda, a consolidação da Política de Graduação da Unioeste, instituição pública de ensino superior, com sede no município de Cascavel e *campi* em Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo, criada pela Lei nº 8.680 de 30 de dezembro de 1987 e pelo Decreto nº 2.352, de 27 de janeiro de 1988, tendo seu reconhecimento na Portaria Ministerial 1784-A, de 23 de dezembro de 1994.

Torna-se importante retomar que em 2002, a possibilidade de apresentação de alterações no projeto político-pedagógico das graduações na universidade, possibilitou fazer modificações, consideradas pelo corpo docente e discentes necessárias, sem negar os fundamentos sócio-históricos, teóricos e políticos presentes naquele formulado em 2000.

Para contextualizar alguns elementos sócio-históricos e formais, é importante citar que primeiro projeto formativo do Curso de Serviço Social da Unioeste iniciado em 1987, foi integralizado no Parecer nº 073/86, de 07 de março de 1986 do Conselho Estadual de Educação - CEE, que aprovou a Carta Consulta do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato em Toledo - PR; também no Parecer nº 320/86, de 05 de setembro de 1986 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que autorizou o funcionamento do Curso; bem como no Decreto nº 93.539/86, de 18 de novembro de 1986 do Presidente da República, que regulamentou o funcionamento do Curso.

O processo de desenvolvimento do primeiro projeto político-pedagógico do curso no período de 1987-1990, obteve o Parecer nº 282/90, de 07 de dezembro de 1990 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que reconheceu o curso e a Portaria nº 674, de 9 de maio de 1991, do Ministro do Estado da Educação, que também reconheceu o Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato em Toledo-PR.

Desde então, as revisões e mudanças na proposta político-pedagógica da formação profissional decorreram da incorporação de necessidades postas pela realidade social, da legislação e da política educacional, na medida em que significaram avanços



no processo formativo, reafirmando o direito à educação superior e os pressupostos do projeto de profissão reconhecido pela categoria profissional de assistentes sociais e suas entidades de representação.

Em 1999, o processo de revisão e reestruturação do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social não significou apenas uma troca, supressão ou inclusão de disciplinas. O que se pretendeu naquela circunstância foi aprofundar aspectos qualitativos nele contidos, elevando a qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a formação e o exercício profissional dos/as assistentes sociais. Foram confirmados e ampliados os pressupostos que significaram avanços na luta para (re)construir a legitimidade da profissão no âmbito das relações sociais, em um processo que o país experimentava a consolidação da democracia formal. Este processo ocorreu internamente no curso e externamente com a aprovação pelo Ministério da Educação (MEC) das Diretrizes Curriculares. Decorrida uma década, encontram-se novamente as condições objetivadas na realidade social, na política de educação e na universidade, que possibilitam a proposição de mudanças no projeto de formação profissional de assistentes sociais nessa unidade de formação acadêmica. Os estudos e reflexões realizados ao longo dos últimos anos, inclusive com a criação do Núcleo Docente Estruturante (Resolução nº 317/2011-Cepe), são parâmetros para avaliação feita pelo conjunto de professores, discentes, egressos e supervisores de campo, de que a proposta merece ser modificada: são alterações necessárias ao presente projeto político-pedagógico, e, merecem destaques as alterações de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigentes de revisões em seus regulamentos. Ressalta-se, que a base teórico-crítica que a fundamenta, com base nos debates levados em torno da formação profissional do assistente social pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que realizou a avaliação das Diretrizes Curriculares da área em 1996, continua reafirmada no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Unioeste - *Campus* de Toledo.

Na proposta vigente, o Projeto Político-Pedagógico, aprovado em 2014 e atualizado em 2019, encontra-se disciplinas e outros elementos curriculares, que fundamentam essa perspectiva, dando ênfase aos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares: teórico-metodológicos da vida social; da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e do trabalho profissional (ABESS, 1996). Estes eixos de fundamentação se articulam no trabalho e na "questão social", ganhando dinâmica com a composição em disciplinas, oficinas de formação

profissional, núcleos temáticos, estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso.

Atualmente (2019), as proposições necessárias ao projeto de formação profissional em Serviço Social da Unioeste/Campus de Toledo, incorporam formalmente os relevantes conteúdos previstos nas legislações nacionais e estaduais. No tocante a política de estágio supervisionado em Serviço Social, orienta-se pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Deliberação nº 2/2009 do CEE do Paraná e, no âmbito da Unioeste, pela Resolução nº 385/2008 - CEPE da Unioeste que regulamenta as Diretrizes Gerais para os Estágios Supervisionados dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e objetiva qualificar o estágio obrigatório e não obrigatório. As legislações de caráter nacional, repercutiram favoravelmente no Serviço Social, com a formulação da Resolução nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social que estabeleceu a supervisão direta de estágio (CFESS, 2008) e a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Estas regulamentações favoreceram a afirmação do estágio como possibilidade para os estudantes vivenciarem a realidade das políticas sociais e as condições em que se realiza o trabalho profissional, bem como das contradições presentes nesses espaços, na perspectiva de confirmar as Diretrizes Curriculares da área. Nesse sentido, a atual proposta incorporou essas regulamentações nas atividades de estágio, qualificando o processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, Estágio Supervisionado em Serviço Social II, Práxis Profissional em Serviço Social I e Práxis Profissional em Serviço Social II.

Os avanços na formulação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), contam atualmente com as atividades de iniciação científica, de projeto de educação tutorial, além das experiências de estágio, aperfeiçoados pela ampliação dos debates sobre a ética na pesquisa, concernente ao que trata a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Tais conteúdos são fundamentados nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I, Pesquisa em Serviço Social II, Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC) e Ética Profissional. Além desses elementos, que são expressões da formação profissional em Serviço Social, no âmbito dos princípios e fundamentos da educação superior, se inscrevem elementos que

perpassam o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Unioeste, apresentando-se na organização das disciplinas e na gestão curricular, fundamentados pelo conhecimento sobre a "questão social", combinados pela transversalidade e abordagens dos componentes curriculares e pedagógicos constantes do currículo.

No que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, Deliberação CEE/PR n° 4/06, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004, na particularidade brasileira, a "questão social" necessariamente é compreendida por meio dos estudos da história e da cultura que é demarcada pela constituição histórica do país e que apresenta variada e complexa composição nas relações étnico-raciais. Merece destaque o comentário presente nessas diretrizes: "provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas". (Brasil, 2004, p. 17). O Plano Nacional para Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, situa as principais ações para o ensino superior, como a adoção da política de cotas raciais e outras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, negras e indígenas no ensino superior e construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões relativas à Educação das Relações Étnico-raciais para todos os cursos de graduação, bem como incluir os conteúdos referentes à Educação das Relações Étnicorraciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão, de acordo com as características das IES. (BRASIL, 2004). O protagonismo do Curso de Serviço Social, na representação da Unioeste n° 10°. Encontro do Fórum Paranaense de Educação para a Diversidade Étnicorracial (FPEDER/PR), realizado em Toledo/PR, em 2013, possibilitou a apropriação dos conteúdos que regem a questão e ao mesmo tempo, qualificou o corpo docente e discente para aprofundar as melhores estratégias de viabilização das propostas no projeto político pedagógico. Nesse X Encontro do FPEDER/PR além das várias atividades previstas foi realizada uma Audiência Pública, durante a qual foi enfatizada a importância das unidades de formação acadêmica

se atualizarem em relação às legislações e viabilizarem as formas mais apropriadas do ponto de vista pedagógico o seu cumprimento (TOLEDO, 2013). Assim, o teor das diretrizes relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena, são abordados em disciplinas como: Antropologia, Direito e Legislação Social, A Questão Social e o Serviço Social no Brasil I, A Questão Social e o Serviço Social no Brasil II, Ética Profissional e Núcleos Temáticos

Quanto aos argumentos que enriquecem os fundamentos da "questão social", as relações de gênero, a diversidade sexual, as necessidades das pessoas com deficiência e/ou mobilidade, bem como outros temas que convocam os direitos humanos e a educação ambiental, devem nortear os conteúdos da formação profissional a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 e a Resolução CNE/CP nº. 2, e Deliberação nº 2, de 15 de junho de 2012 - CEE/PR, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos e as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, orientadas pelas legislações: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Deliberação CEE/PR nº 4, de 12 de novembro de 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012.

Da mesma forma, abordamos na formação profissional em Serviço Social, o debate acerca dos direitos humanos e sociais para pessoas com deficiências, ressaltando o campo das políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais para a/o Assistente Social e a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais como princípio do Código de Ética Profissional. No que se refere a: - garantia das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, nas Leis Nº 10.048/2000, nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003, art. 8º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Lei nº 10.098, de 8 de novembro de 2000 e Deliberação CEE/PR nº 2/2016, Normas para a modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná: acessibilidade pedagógica e atitudinal, abordagem de conteúdos e materiais didáticos adaptados à pessoa com deficiência - a Unioeste dispõe do Programa de Educação Especial - PEE, orientado pela Resolução nº 319/2005-CEPE, que aprova o Regulamento do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. O PEE possui o objetivo de contribuir no processo de socialização do saber sistematizado,

indispensável para que a pessoa possa ver, compreender e se posicionar diante do mundo como sujeito. Encontra-se organizado na forma de colegiado composta por professores, funcionários técnicos administrativos e alunos em todos os *campi* da Unioeste, e, articula a graduação e pós-graduação, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Mediante o ingresso de acadêmicas/os com deficiência no Curso de Serviço Social, o PEE auxilia a Coordenação de Curso e docentes do Colegiado de Curso no atendimento, acompanhamento e permanência das/os estudantes possibilitando as condições de responder as exigências para formação profissional em Serviço Social conforme preconiza o Projeto Político-Pedagógico. Nestes casos, contamos com a disponibilidade de ledores, intérpretes e outros profissionais que possibilitam as condições pedagógicas, atitudinais e a promoção de tecnologia assistida para esses estudantes. Além disso, o PEE se coloca constantemente em situações em que defende a garantia da acessibilidade nos espaços da Universidade, sobretudo em relação à eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais em relação às pessoas com deficiência em salas de aulas e de estudo, mobiliários, laboratórios, biblioteca, auditórios, espaços de convivências, ginásio de esportes, restaurante universitário, entre outros espaços e situações vivenciadas no ambiente acadêmico universitário. Importa ressaltar também a importante contribuição deste Programa na oferta do Curso de Libras à comunidade acadêmica e comunidade externa, uma vez que a disciplina de libras se coloca como disciplina optativa no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social/*Campus* de Toledo.

As inserções dos conhecimentos concernentes à educação em direitos humanos e em educação ambiental efetivam-se também pela transversalidade, mediante temas relacionados e fundamentados na promoção da educação para a mudança e a transformação social, em princípios da dignidade de todas as formas de vida, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, vivência e globalidade, meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes constantes do currículo.

Justificando-se que a Resolução n. 1, de 2012, estabelece as Diretrizes de Educação em Direitos Humanos e orienta os sistemas de ensino no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de educação em direitos humanos adequadas às necessidades dos diferentes sujeitos. Merecem destaque dois artigos da Resolução que justificam a inserção do tema na abordagem curricular do

projeto político pedagógico do curso de serviço social. O primeiro, art. 4º que situa a Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos. (BRASIL, 2012a)

Também o art. 5º que trata que a Educação em Direitos Humanos: "tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário" (BRASIL, 2012a). Necessário situar que há amplo debate sobre a educação em/para os direitos humanos e que a tradição que o Serviço Social construiu, quer seja na formação ou na atuação profissional, junto aos direitos sociais e as políticas sociais, habilita essa área de conhecimento em assegurar os conteúdos já disponibilizados e aprofundá-los, visando garantir avanços dos direitos humanos no país. No atual projeto político pedagógico, os Núcleos Temáticos geralmente abordam políticas sociais setoriais e são ofertadas disciplinas de políticas sociais em três anos do curso.

Na direção do compromisso com as Diretrizes Curriculares em Educação Ambiental aproxima-se a presente justificativa da Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do art. 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-

lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2012b). Igualmente, justifica-se do texto da Resolução n. 2, acima citada, que o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos. E que passa a definir que "a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global" (BRASIL, 2012b). Também, o texto da resolução que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental considera que o atributo "ambiental" na tradição da educação ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para uma educação específica. Constitui-se em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental. Assim, o reconhecimento do papel transformador e emancipatório da educação ambiental, que aqui se integraliza de forma transversal em conteúdos na abordagem curricular das atividades educativo-formativas de ensino, pesquisa e extensão, no curso de Serviços Social, conforme descrição das ementas de disciplinas obrigatórias e de formação diferenciada através de disciplinas optativas (núcleos temáticos), dentre outras atividades educativas, "torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social". (BRASIL, 2012b). Necessário lembrar que o Projeto de Educação Tutorial e entre as ofertas de Núcleos Temáticos, ambos abordam os conteúdos de meio ambiente e educação ambiental.

O art. 14 (BRASIL, 2012b) destaca que a educação ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

- II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;
- III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;
- IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;
- V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012b).

Além da abordagem intersetorial, os conteúdos expressos nas Diretrizes para Educação em Direitos Humanos se materializam na disciplina de Direito e Legislação Social, Núcleo temático: Meio Ambiente e Serviço Social, Práxis Profissional em Serviço Social I, Práxis Profissional em Serviço Social II e Ética Profissional, bem como no Programa de Educação Tutorial - PET em Serviço Social: Meio Ambiente e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015), entre os seus nove Eixos, apresenta o segundo eixo com o tema "Educação para igualdade e cidadania" e tem entre os objetivos gerais: a contribuição "para a redução da desigualdade entre mulheres e homens e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnica, racial, social, religiosa, geracional, por orientação sexual, identidade de gênero e contra pessoas com deficiência por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino"; a consolidação "na política educacional as perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã"; e a promoção no "acesso e a permanência de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo e em situação de prisão, e meninas retiradas do trabalho infantil)". (BRASIL, 2013).



Por isso entende-se que os conteúdos e objetivos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres favorecem as perspectivas indicadas nas alterações da Lei de Diretrizes de Base da Educação citadas anteriormente e também está presente de forma transversal na proposta curricular, encontrando-se presente nas disciplinas de Práxis Profissional em Serviço Social I e Práxis Profissional em Serviço Social II, Estágio Supervisionado em Serviço Social I, Estágio Supervisionado em Serviço Social II e Núcleos Temáticos.

Em relação à disciplina de Libras, considerando a sua regulamentação pelo Decreto n.º 5.626, de 22/12/2005 e reafirmada pelo Parecer CEE/CES n.º 23/1, o Curso não vem operacionalizando tal qual os referidos documentos preconizam. No intuito de minimizar eventuais prejuízos pedagógicos, a mesma poderá ser cursada como disciplina optativa em outros cursos no âmbito da Unioeste e/ou outras instituições de ensino que o Curso de Serviço Social a considerará mediante a Resolução n.º 099/2016 - Cepe, que aprova o Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares, de 30/06/2016, art. 2º, parágrafo XI, e em consonância com o Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Serviço Social/ Unioeste/Campus de Toledo, inciso 6º, desde que a mesma possua a carga-horária mínima de 68 h/a e máxima de 73 h/a.

Ressalta-se, que a intersetorialidade desses temas inscritos na realidade social, perpassam os conteúdos relacionados ao ensino e a formação profissional em Serviço Social para o respeito à diversidade étnico-racial, aos direitos humanos, à educação ambiental e às relações de gênero e orientam o Projeto Político-Pedagógico e também a formação continuada dos professores que ministram as atividades curriculares e que são responsáveis pela gestão e administração do curso.

A formação profissional em Serviço Social da Unioeste/Campus de Toledo, mantém-se atenta ao que preconiza a Portaria Normativa do MEC n.º 23 de 21 de dezembro de 2017, alterada pela redação dada pela Portaria Normativa n.º 742 de 03 de agosto de 2018 que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, capítulo VII, que trata das disposições finais e transitórias (do art. 99 ao art. 106), especificamente em relação ao acesso público às informações do Curso, por meio do sítio: [http://cac-  
php.unioeste.br/cursos/toledo/servico\\_social/servico\\_social.ph  
p](http://cac.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/servico_social.php), onde apresenta a história do curso, as disciplinas e carga-horária, quadro de docentes, Centro Acadêmico, Grupos de

Pesquisa, Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, acesso aos Trabalhos de Conclusão de Curso, legislação social pertinente à profissão e aos direitos sociais, bem como indica informações de acesso ao programa de Pós-Graduação do Curso, nível de mestrado- Mestrado em Serviço Social. A comunicação entre matriculados no Curso e docentes das disciplinas, bem como as informações referentes às disciplinas como: plano de ensino, frequência, avaliações e notas, se dá por meio do Sistema Academus. Sobre a divulgação de resultados editais, solicitação de revisão ou segunda chamada de avaliação escrita, se dá por uso do mural de informações situado junto ao setor administrativo do Curso de Serviço Social, bem como pelos trâmites via protocolo. Quanto ao acervo bibliográfico se dá tanto via biblioteca do Campus como a disponibilização por meio virtual. No âmbito da Unioeste o Curso apresenta como infra-estrutura a parte de Coordenações que abarcam as Coordenações de Colegiado de Curso, Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social e Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, conta também com salas de grupos de pesquisa, programas de extensão universitária e projetos de ensino, além de sala multiuso para reuniões, eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão. Aos docentes, além das salas acima, contam com os gabinetes docentes para apoio didático das disciplinas e supervisão e orientação de alunos.

#### **HISTÓRICO**

A história da criação do Curso de Serviço Social na Unioeste - *Campus* de Toledo, deu-se articulada ao movimento de constituição e de consolidação do ensino público superior, através da proposição de uma universidade regional multicampi, na região oeste do Paraná na década de 1980.

Num contexto marcado pela luta da comunidade regional para suprir a necessidade de recursos humanos especializados através da formação de profissionais de nível superior numa universidade pública que tivesse como base as faculdades oestinas existentes, a Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" - Facitol propôs ampliar o número de cursos ofertados. Dentre as possibilidades de escolha, optou-se pelos cursos de Serviço Social e Secretariado Executivo Bilíngüe, ambos classificados pelas agências de pesquisa - CNPq e Capes, no âmbito das ciências sociais aplicadas.

O país vivenciava a abertura política vinda com a Nova República, num clima de mobilização nacional e engajamento nos planos econômicos. O slogan "Tudo pelo social" do governo José Sarney colocava em pauta o resgate da dívida social do governo e elite

brasileira para com a maioria da população, ao mesmo tempo em que movimentos sociais fortaleciam a luta pela regulamentação de direitos sociais no âmbito constitucional.

Na esfera estadual, o Governo José Richa caracterizou-se pela ênfase dada na descentralização da administração pública e pelo incentivo à população, através de organizações comunitárias, para a solução dos "problemas sociais" enfrentados pelos paranaenses.

No âmbito Municipal, a gestão 1982/1988, tinha o slogan "Comunidade no poder" desenvolvendo ações de organização da comunidade local em associações para a efetivação da participação popular. Visando implementar respostas às expressões da "questão social" no município, foram criadas indústrias comunitárias, incentivadas pela administração pública. Tais experiências marcaram os munícipes e ao mesmo tempo expressaram o engajamento na busca de repostas para as determinações impostas ao poder local pelo modo de produção capitalista.

Este ambiente estimulou a criação do curso de Serviço Social na cidade de Toledo caracterizando-se como uma possibilidade de resposta concreta ao permitir a formação de profissionais habilitados para intervir nas diferentes expressões da "questão social" não apenas na esfera local, mas também regional, estadual, nacional e internacional. Outro aspecto que o particularizava, nesse momento, era o baixo custo de investimentos para sua implantação. Historicamente os cursos da chamada área de Ciências Sociais Aplicadas possuem um *status* diferenciado frente às demais áreas do conhecimento e posição de subalternidade na divisão sócio - técnica do trabalho advinda de uma cultura que fragmenta o conhecimento e valoriza a razão instrumental.

A proposta de criação do curso de Serviço Social nasceu no interior da então Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" - Facitol, cuja natureza era de uma entidade de direito público municipal, mantida pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo (Fumest), criada pela Lei Municipal nº 989/80, de 23 de janeiro de 1980. A Fumest era mantida com recursos do município de Toledo, com as contribuições de alunos e terceiros, com auxílios, subvenções e com outras fontes definidas em seu Estatuto.

Para viabilizar o processo de autorização do curso, diversas providências foram encaminhadas pela FACITOL, com o apoio de personalidades políticas e autoridades da região, além de se buscar o suporte técnico de cursos de Serviço Social existentes

no Paraná, particularmente da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

O curso de Serviço Social da Unioeste - *Campus* de Toledo recebeu a autorização para o funcionamento, expedida pelo Conselho Estadual de Educação - CEE do Paraná no dia 05 de setembro de 1986, através do Parecer nº 320/86. Esse processo de autorização foi encaminhado para o governo federal e no dia 18 de novembro de 1986 o Presidente da República José Sarney emitiu o Decreto nº 93.539/86, regulamentando o funcionamento do curso.

O Curso de Serviço Social iniciou suas atividades acadêmicas e curriculares no mês de fevereiro de 1987 com o ingresso e matrícula de 50 (cinquenta) acadêmicos/as por vestibular, realizado em janeiro do mesmo ano.

O primeiro currículo pleno construído no processo de autorização do curso estava em conformidade com o currículo mínimo nacional do curso de Serviço Social, aprovado pelo Parecer nº 412/82 de 05 de agosto de 1982, pelo Conselho Federal de Educação - CFE, tendo uma carga horária total de 3.240 horas em regime semestral no período matutino.

Em sua fase inicial o curso encontrou uma série de dificuldades para sua operacionalização, principalmente devido à insuficiência de corpo docente e a ausência de um projeto coletivamente construído que orientasse a formação profissional. Além destes aspectos, vivenciava-se o processo de luta pelo reconhecimento da Unioeste como universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

É importante observar que, antes da instalação do curso de Serviço Social, a região contava com a organização e o exercício profissional de alguns Assistentes Sociais. No entanto, o movimento para a criação do curso não envolveu e nem contou com a adesão desses profissionais. Muitos souberam da notícia pelos meios de comunicação e, a princípio, tiveram uma posição contrária. Este fato repercutiu no início do curso, com o distanciamento da categoria profissional, o que exigiu da unidade de ensino a efetivação de um processo de aproximação que proporcionasse um debate teórico-prático e a abertura de campos de estágio. No primeiro semestre de funcionamento, havia apenas uma Assistente Social como docente, a Professora Marli Renate von Borstel Roesler, contratada em regime integral com a responsabilidade de coordenar o curso. No segundo semestre de 1987, foi contratada a Assistente Social Maria do Carmo Aparecida de Oliveira Schroeder. Em 1988 houve a contratação de mais duas profissionais, Gláucia Celestino e Denise Liell. Estas atuavam no município de Toledo e participaram dos primeiros momentos de instalação do curso.

Segundo ROESLER (1994, p. 49), desde o início do curso da Facitol em 1987, o mesmo sempre contou com acadêmicos/as residentes nos municípios de Toledo e região como Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Tupãssi, Assis Chateaubriand, Nova Santa Rosa, Maripá, Pérola do Oeste, Santa Helena, Medianeira, Missal entre outros, exigindo de alguns a opção de deslocamento e retorno diário à cidade de origem.

No ano de 1989 iniciaram-se os estágios supervisionados demandando campos de estágio para todos os alunos com o acompanhamento direto de um Assistente Social e de professores supervisores. O processo de encaminhamento dos acadêmicos aos campos de estágio desencadeou o primeiro ato de sensibilização do curso em torno das necessidades de recursos humanos internos (supervisores/as acadêmicos/as) e externos (supervisores/as de campo). Os/as alunos/as da primeira turma, com o apoio dos demais (segunda e terceira turma), realizaram uma paralisação entre os dias 14 e 18 de abril de 1989, reivindicando, através de um documento, a contratação de mais docentes e a necessidade de se definir o perfil do curso. Frente a isto, os/as docentes elaboraram um documento no dia 20 de abril, respondendo às solicitações dos/as acadêmicos/as. Este fato marcou e definiu o traço de identidade do curso, ou seja, a luta e o engajamento para a melhoria da qualidade de ensino e da formação profissional.

Neste ano foram contratados as professoras Suely Regina Firman Ruiz, Antonita Macchioni e o professor Alfredo Aparecido Batista e, em 1990 a primeira professora com título de Mestre em Serviço Social, a Assistente Social Izabel Cristina Dias Lira. É importante destacar que a chegada de novos professores nem sempre correspondeu à ampliação do quadro docente. Desde o início, o curso enfrentou uma grande rotatividade e dificuldade para estabilização do quadro docente devido aos contratos temporários, nível salarial, a relação entre a abertura de concurso e tipo de exigência de qualificação do candidato, além da distância dos centros de excelência da área.

O processo de discussão interna da estruturação do curso acompanhou o processo de reestruturação dos cursos da Facitol com a implantação, em 1990, do Regime Seriado Anual. Nessa oportunidade o curso efetuou uma reorganização de seu currículo pleno, porém ainda seguindo as determinações do currículo mínimo do curso aprovado em 1982 pelo Conselho Federal de Educação.

Ao nível nacional, a gestão 1987/89 da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, responsável pela política nacional da formação profissional do/a Assistente Social, desenvolveu um processo de avaliação da formação profissional do

novo currículo, cujo relatório foi apresentado na XXVII Convenção Nacional da ABESS realizada em Florianópolis em 1989. O curso de Serviço Social da Unioeste teve contato com esta pesquisa respondendo seus questionamentos e filiando-se a esta Associação como Unidade de Ensino - membro. A partir de então, a Unidade de Ensino começou a participar dos encontros, oficinas, convenções e assembleias regionais e nacionais da ABESS a fim de estar em sintonia com a discussão e a política para a formação profissional do Assistente Social no país.

No mesmo ano, ocorreu a organização dos/as acadêmicos/as do curso através da fundação do Centro Acadêmico de Serviço Social - CASS. Com espaço de organização próprio, os/as estudantes construíram a representação dos seus interesses, participando como representantes no antigo Departamento e no Colegiado do Curso, bem como em eventos do movimento estudantil em nível regional e nacional.

Aproximando-se a conclusão da primeira turma, o curso necessitava de seu reconhecimento para que o exercício profissional de seus formandos fosse legítimo. No ano de 1990, a instituição recebeu a equipe do Conselho Estadual de Educação para emitir o parecer, que foi favorável, ao reconhecimento do curso de graduação em Serviço Social. A visita de perícia foi realizada pelo Conselheiro Prof. Ubaldo Martini Puppi, relator do parecer de nº 282/90, de 07 de dezembro de 1990, e a Assistente Social Professora Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em 13 de maio de 1991, o Diário Oficial da União publicou a Portaria nº 674 de 9 de maio de 1991, que reconhecia o curso de Serviço Social, emitida pelo Ministro da Educação Carlos Chiarelli.

Ao longo de sua trajetória, os campos de estágio diversificaram-se, destacando-se inicialmente: Organizações Comunitárias, Sindicatos, Cooperativa, Poder Judiciário, Empresas (Sanepar, Telepar, Emater, Sesc, Sadia), Prefeituras e Órgãos do Governo Estadual. Nas áreas de saúde, educação, habitação, assistência social (família, criança, adolescente, pessoa com deficiência, idoso) e integração ao mercado de trabalho. Logo o curso criou uma regulamentação específica para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC devido às necessidades de redimensionar internamente sua proposta pedagógica nesta área e reafirmar a necessidade da atitude investigativa na formação e exercício profissionais.

Nos primeiros anos havia a possibilidade de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC coletivos em duplas e no primeiro ano em trios. A atual regulamentação prevê trabalhos individualizados. Os assuntos abordados nos TCCs são fruto de

projetos de pesquisa realizados pelos/as acadêmicos/as com forte vinculação com a realidade social a partir da inserção dos/as estudantes nas práticas de estágio supervisionado. Entre os temas de investigação destacam-se: prática profissional, a política voltada à assistência social especialmente a atenção à criança e ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência, a política de saúde e de educação. O curso desenvolveu um projeto de ensino com o objetivo de dar visibilidade à produção do conhecimento no curso, incidindo no âmbito local e regional, além de sistematizar o conjunto de TCCs facilitando o acesso e retroalimentando a formação profissional

Até o ano de 2013, o Curso de Serviço Social da Unioeste - *Campus* de Toledo graduou 663 profissionais. O quadro a seguir apresenta a relação entre o número de estudantes matriculados e graduados por cada ano. A partir de 1995 o número de vagas oferecidas pelo curso diminuiu, passando a ofertar quarenta vagas anuais no vestibular.

**Tabela 01 - Relação de matriculados e graduados por ano**

ANO	MATRICULADOS NA 1ª SÉRIE	GRADUADOS
1987	00	50
1988	00	50
1989	00	50
1990	38	41
1991	22	56
1992	22	55
1993	15	55
1994	20	52
1995	24	48
1996	27	43
1997	24	45
1998	16	53
1999	25	40
2000	34	40
2001	44	40
2002	34	40
2003	32	41
2004	34	41
2005	30	41
2006	25	40
2007	31	41
2008	35	40
2009	24	45
2010	23	42

2011	24	41
2012	41	39
2013	19	41
2014	39	29
2015	---	28
2016	34	17
2017	37	20
2018	---	18
<b>TOTAL</b>	<b>773</b>	<b>1322</b>

Fonte: Secretaria de Apoio Acadêmico - SAA do *Campus* de Toledo  
 O Curso não dispõe de uma pesquisa referente à inserção no mercado de trabalho dos profissionais formados pela Unioeste. Os dados obtidos referem-se aos contatos estabelecidos com ex-alunos e o corpo docente, ao longo da existência do curso. Segundo estes, estima-se que 80% dos têm inserção nos espaços socio-ocupacionais nos primeiros seis meses de término do curso. Predominantemente são contratados por Prefeituras Municipais da região para atuarem nas políticas de saúde e assistência social. Também encontram campo de trabalho nas áreas de habitação, educação, previdência social, justiça, extensão rural, meio ambiente, recursos humanos em instituições públicas e privadas. O curso tem contribuído, através da participação do seu corpo docente, com o movimento de organização da categoria profissional, na administração pública e juntamente a organizações da sociedade civil no enfrentamento da "questão social" na região. Também tem ocupado espaços públicos de representação nos Conselhos, principalmente na área de assistência social, educação, meio ambiente, drogas, além de participação ativa no conselho de direitos da criança e do adolescente.

A política da universidade, no que se refere aos seus fins, tem sido construída ao longo dos anos. A partir de 1995, com a implantação do Tempo Integral de Dedicção Exclusiva - Tide, tanto a pesquisa quanto a extensão ganharam impulso, dinamizando os trabalhos da Universidade.

Em 1992 o Curso passou a integrar a política de qualificação do corpo docente com a saída do professor Alfredo Aparecido Batista para o curso de Mestrado em Serviço Social. A partir de então, foi sendo definida a ordem de saída dos docentes tanto para mestrado quanto para doutorado. Este iniciado a partir de 1997. O quadro efetivo em 2019 conta com dezessete professores efetivos com RT 40 e quatro professores temporários. O conjunto da qualificação do corpo docente é composto por: oito pós-doutores,



dois pós-doutorandos, duas doutoras, duas doutorandas e três mestres.

Ao longo de sua existência, o Curso de Serviço Social tem se destacado nas atividades de extensão universitária, envolvendo-se com a comunidade regional através da atenção a diferentes segmentos da população, particularmente na luta pela efetivação de direitos de crianças e adolescentes, pessoas idosas, além da inserção no movimento em defesa da política de assistência social como política de Seguridade Social no âmbito da proteção social brasileira. Atualmente o Curso conta com o Programa de Apoio à Política de Assistência Social, Projeto de Apoio à Política de Proteção da Criança e do Adolescente, Programa de Prevenção e Ressocialização referente ao Uso de Substâncias Psicoativas na União.

Atendendo a necessidade da formação continuada, em 1998 o Departamento de Serviço Social abriu dois cursos de especialização. O curso "Excelência na gestão pública" com 35 vagas para servidores públicos municipais, estaduais ou federais, realizado no *Campus* de Toledo e de Foz do Iguaçu, e o curso "Fundamentos do Trabalho no Serviço Social" com 45 vagas tendo como público alvo os Assistentes Sociais. Em julho de 2003, iniciou-se o Curso de Especialização "O trabalho do Assistente Social - O projeto ético político e as competências e habilidades para sua efetivação: uma discussão contemporânea". Este curso tem como finalidade possibilitar a formação continuada dos profissionais Assistentes Sociais, supervisores de campo e demais profissionais. Salienta-se que este curso foi de realização continuada e de caráter público gratuito, aprovado com a oferta de 35 vagas. Ressalta-se que o corpo docente do Curso de Serviço Social foi realizando a implantação deste curso no âmbito da especialização *lato sensu* desde no ano de 2003, sem a atribuição de carga-horária em seus planos de atividades docentes. Tal decisão do corpo docente foi estratégica no contexto da construção de uma política de verticalização do curso.

O investimento no processo de qualificação docente permitiu que fosse apresentado à Capes o projeto de criação do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, nível de Mestrado Acadêmico, o qual teve favorável em 26 de outubro de 2012 recomendado com nota 3 (três). O curso iniciou as atividades letivas no segundo semestre/2013. A Área de concentração do mestrado é "Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional". A estrutura curricular é composta por disciplinas obrigatórias, eletivas e por atividades complementares, bem como pela elaboração e defesa de dissertação. Está organizado em duas Linhas de Pesquisa:

"Fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional" e "Política Social - fundamentos, gestão e análise". O Curso conta com um quadro permanente de treze docentes, entre estes oito doutores em Serviço Social.

A partir da criação e funcionamento do Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, a articulação entre graduação e pós-graduação tem se efetivado, fortalecendo a produção de conhecimento na área e permitindo maior qualificação nas atividades fins da universidade, ensino-pesquisa-extensão, contribuindo na formação de recursos humanos críticos e propositivos. A partir de sua área de concentração, o Mestrado em Serviço Social na Unioeste - *Campus* de Toledo, está socialmente referenciado na região transfronteiriça internacional que comporta a região oeste e sudoeste do Paraná - Brasil, dialogando com demais regiões do país e demais países da América Latina e Caribe.

#### **CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS:**

Os fundamentos para a construção de uma proposta curricular para o curso de Serviço Social assentam-se nos resultados efetivos e nas avaliações sistemáticas do seu corpo docente que tomou, como ponto de partida, não só os avanços e acertos como também as superações contidas nos diversos projetos de currículos anteriores, não apenas experimentados pelo Curso, mas inseridos no panorama histórico dos Cursos de Serviço Social no Brasil.

A história do curso de Serviço Social na Unioeste - *Campus* de Toledo pulsa com as determinações do contexto no qual está inserido, constituindo as condições concretas para seu desenvolvimento. Estas estão em constante interação com os sujeitos sociais, estudantes, professores e funcionários, que a colocam em movimento.

Como pressuposto inicial estes fundamentos têm em conta a explicitação da profissão como um produto histórico. "O Serviço Social se constitui historicamente como uma forma de especialização do trabalho coletivo, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Seu significado social e ideo-político se inscreve no âmbito das relações entre as classes sociais fundamentais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro em quadros conjunturais específicos, através de um conjunto de práticas acionadas no enfrentamento da 'questão social'" (PUC-SP, 1996, p.9).

A profissão de Serviço Social localiza-se, pois, neste espaço contraditório. As ações do/a assistente social articulam-se no cotidiano ao efetivar-se na construção posta pelo modo de

produção capitalista, especialmente com as particularidades da conjuntura apresentada a partir do período que se inicia após 1970, ganhando novas dimensões na década de 1990. Neste sentido o projeto hegemônico em construção no interior da categoria profissional ganha dimensões que garantem a sustentação e a sedimentação do projeto, porém também é espaço de retomada do conservadorismo e do irracionalismo. Para explicitar a perspectiva, afirmamos que, fundamentado na teoria social de Marx, compreende-se que o Serviço Social não é trabalho e não possui um processo de trabalho próprio, mas uma profissão, inserida na divisão técnica e social do trabalho coletivo. Responde a necessidades de intervenção concretas postas pelas expressões da "questão social", fruto da contradição e antagonismo próprio do capitalismo e que emerge na sociedade em seu período monopolista. Responde ao seu objeto através da mediação realizada pelas políticas sociais, implementadas de forma fragmentada pelo Estado. Entende-se que o Serviço Social como profissão opera no espaço da reprodução social, espaço em que as profissões nela vinculadas preparam as condições objetivas e subjetivas para que a produção ocorra na esfera dos interesses do projeto societário burguês antagônico aos interesses da classe trabalhadora, pois sua finalidade é a acumulação do capital e não a emancipação humana. A profissão insere-se em um espaço de luta, onde as correlações de forças e o controle do poder são exercitados.

O Serviço Social manifesta-se como uma profissão interventiva neste contexto que, em seu movimento histórico, apresenta interesses de classe contraditórios, situação concreta que exige respostas profissionais concretas. Isto implica dizer, portanto, que o capitalismo ao engendrar diferentes formas de sobrevivência, reproduz a "questão social" que, contraditoriamente, precisa, através do seu projeto societário, ser atenuada para que esse mesmo capitalismo encontre espaço para manter-se hegemônico. Nesse processo dialético da realidade, construído pelas relações de produção e sociais, pautadas no binômio capital-trabalho, o Serviço Social se encontra participando na produção e reprodução dessas relações sociais desencadeando ações de enfrentamento que vão compor um determinado resultado de suas ações inseridas no interior da divisão social e técnica do trabalho coletivo.

Deste modo, é a partir do agravamento da "questão social" no quadro da lógica capitalista de acumulação do capital, que o período monopolista é obrigado a colocar em movimento diferentes profissões que contribuam no controle das manifestações da "questão social". Foi neste horizonte que o Serviço Social nasceu

permeado pelo conservadorismo e orientado por valores morais. O capitalismo, passando do estágio concorrencial ao estágio do monopólio, constitui o acirramento da relação entre o capital e o trabalho; o capital se fortaleceu na proporção inversa em que se enfraqueceu a força de trabalho, única propriedade de homens e mulheres trabalhadores/as. Ao distanciar-se do trabalhador/a que produz o produto reverte-se em lucro que, alcançando dimensão de capital financeiro, vai sobrevivendo por si só, atingindo a lógica de "natural", aparentemente independente do processo produtivo. Tal situação lhe concede força e poder porque permite o controle do mercado e, conseqüentemente, a reorientação do processo produtivo. (NETTO, 1996, p.16).

É ainda em NETTO que se prossegue com a análise quando considera que esse quadro reforça a natureza parasitária da burguesia que, organizada em blocos monopólicos "conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados" (1996, p. 20). Evidencia-se, pois, a chamada "questão social", manifestada pela absolutização da miséria e suas conseqüências. Até a última década o fortalecimento do monopólio, respaldado pela supercapitalização, propiciava uma expansão cada vez mais arraigada em seus interesses e provocava o engrossamento de um exército industrial de reserva, ou seja, um excedente sem fim de trabalhadores/as. Desde o final dos anos 1980, evidenciando a lógica neoliberal, o que se tem é uma massa sem fim de trabalhadores sem trabalho, associada à redução infundável de postos de ocupação que coloca milhares de seres humanos à margem, não somente do processo produtivo, mas do mercado que, por sua vez, é o *locus* mantenedor do monopólio.

O que se evidencia é que a chamada "questão social", manifestada através da ampliação progressiva do desemprego a partir da última quadra do século XX, funciona como freio ao crescimento e desenvolvimento econômico idealizado pelo neoliberalismo. Gestada no bojo da relação capital-trabalho, a "questão social" está camuflada, como se em si estivesse sua verdadeira gênese, apresentando-se historicamente como um mero "desvio" da proposta capitalista, sendo desconsiderada pela classe burguesa e enfrentada pelo Estado como "caso de polícia".

Contudo, ao manifestar-se o lado perverso da acumulação do capital, através do crescimento das condições de pobreza e de exclusão a "questão social" passa a assumir uma nova conotação, exigindo uma intervenção efetiva. IAMAMOTO reforça o aspecto da indissociabilidade das duas faces dessa questão: "[...] uma configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada

historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado" (1990, p. 79). Dessa forma a "questão social" impôs seu reconhecimento e seu enfrentamento de forma diferenciada do que vinha sendo percebida pela burguesia e pelo Estado: deixa de ser "caso de polícia" para assumir conotação política e, como tal, e na mesma lógica do capital, ser enfrentada numa perspectiva fragmentada.

Torna-se, pois, evidente a contraditória relação que se estabelece no cenário histórico e, paralela à instância do mercado com suas leis, depara-se com a instância do Estado no modo de se relacionar com a "questão social". "O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista - a maximização dos lucros pelo controle dos mercados - é eminentemente problemática: pelos próprios mecanismos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalista. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado". (NETTO, 1996, p.20).

O Estado, no modo de produção capitalista expressão do poder econômico dominante, ao legitimar-se como democrático e de direito, busca construir um poder conciliatório entre as classes sociais. Incide sua ação sobre as expressões da "questão social" procurando evidenciar seu caráter de promotor do "bem comum" e escamotear os verdadeiros interesses contidos em sua ação. Assim, o Estado moderno tem como lógica fundante a lógica do capital. "O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios e para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções" (NETTO, 1996, p.21).

O exercício profissional do Serviço Social concretiza-se, portanto, pela estreita relação mantida com o Estado que tem sido o empregador predominante dos/as assistentes sociais no Brasil. Ao elaborar políticas sociais, o Estado procura administrar o conflito entre as classes sem desvincular-se do "compromisso" que lhe é inerente de favorecer a expansão e manutenção do capital.

No final dos anos 1990, as políticas sociais vêm, cada vez mais, se apresentando como particulares, isoladas, embora devessem caracterizar-se pelo aspecto universalizante. Como diz MONTAÑO: o que se tem é um quadro de precarização, de re-mercantilização e re-filantropização como um novo trato à "questão social". E se o Estado ainda "desenvolve serviços e políticas sociais, então o princípio de solidariedade (" ... os mais ricos contribuem mais para financiar os serviços e a assistência aos mais pobres ... "), típico das políticas sociais universais e distributivas, é substituído pelos princípios de focalização e de contribuição das políticas sociais (onde o próprio usuário financia estes serviços estatais).\* (MONTAÑO, 1999, p. 63).

O Serviço Social localiza-se, pois, neste espaço conflituoso, portanto contraditório e antagônico. É uma profissão que atua na esfera da reprodução humana, portanto é uma atividade entendida como improdutiva, mas não é uma atividade que deixa de contribuir para a criação e ampliação da mais-valia. Se há, como diz IAMAMOTO, um "aparente" aspecto improdutivo do Serviço Social, por não produzir uma mercadoria concreta que se transforme em capital, o profissional, entretanto, participa do processo acumulativo do capital ao criar condições de eficiência e produtividade ao trabalhador/a, facilitando o movimento do capital. O/a profissional também está na condição de trabalhador/a, participando da divisão social e técnica do trabalho. "A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas" (IAMAMOTO, 1990, p.79).

Ao vender sua força de trabalho como profissional especializado, tanto no espaço público quanto privado, o/a assistente social tem a possibilidade de evidenciar, em seu exercício profissional, a dimensão ética da profissão ao lado das dimensões técnica e política, resultantes da reflexão que vem sendo construída pela categoria ao longo da sua trajetória. Insere-se numa realidade caracterizada por "profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social", (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.60). Dentre as muitas manifestações deste quadro destacam-se as modificações nas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, com características tardo-burguesas tais como:

- na sociedade civil emerge a oligarquia financeira global que se articula e forja canais e instituições para seus projetos; paralelamente se observa a dessindicalização, a emersão de novos

movimentos sociais, a demanda por novos direitos e pela ampliação da cidadania; (NETTO, 1996)

- no Estado há a diminuição da ação reguladora, com encolhimento das suas funções e conseqüente retirada das coberturas sociais públicas nos direitos sociais; (IDEM)

- como conseqüência surge o chamado "terceiro setor" como forma de romper com os princípios de universalidade, de solidariedade universal, num verdadeiro processo de des-responsabilização estatal (e do capital) e como resposta "pós moderna" às seqüelas da "questão social" (MOTAÑO, 1999).

Estas transformações tornam-se relevantes ao se considerar a emergência de um novo currículo que advém das demandas postas ao Serviço Social, tanto as tradicionais que exigem aportes renovados como as emergentes que desafiam a profissão e recolocam necessidades de reconstrução, redefinição e ruptura em razão de exigências cujo enfrentamento produz novas configurações ao exercício profissional. As transformações evidenciadas na conjuntura levam às transformações e alterações nas atividades, nas profissões. As metamorfoses na produção e reprodução da sociedade atingem a divisão sócio-técnica do trabalho e envolvem modificações de parâmetros de conhecimento, de modalidades de formação e de práticas, de novos sistemas institucionais, organizacionais, gerando novas formas de operar com o cotidiano (NETTO, 1996).

As profissões, não sendo resultado apenas dos processos sociais macroscópicos, são também, compostas de *corpus* teóricos e práticos que lhes exigem vinculação a projetos sociais e respostas a eles articuladas. Diante, pois, de um quadro social marcado por profundas alterações em que se destacam, de um lado, mudanças tecnológicas, superqualificação, e de outro lado agudização daqueles que não possuem condições de por si só satisfazerem suas necessidades, novas demandas surgem como exigências postas ao Serviço Social. Sem aprofundar a questão das demandas há que se incluir necessariamente: as demandas femininas que ganham força emancipatória; a juventude com inovações valorativas e rupturas com padrões de comportamento; os diversos segmentos de desprotegidos como os aposentados com pensões mínimas; as crianças e adolescentes em situação social de risco; as minorias, os migrantes, os doentes sem atendimento e estigmatizados; os trabalhadores fora do mercado formal e informal, a relação sociedade e meio ambiente.

Estes sujeitos configuram um quadro que exige alargamento do campo de intervenção, do "espaço profissional", e remetem à pesquisa, à produção de conhecimento, à extensão em campos com estas alternativas para construir novas e renovadas formas de

intervenção profissional. A postura política presente no exercício profissional, em seu processo histórico, e já definida na construção do Código de Ética do/a Assistente Social em vigor, que envolveu os diversos segmentos da categoria e estabeleceu normas e valores válidos para a profissão, sinalizam às unidades de ensino a direção de princípios éticos imprescindíveis no processo de formação profissional. Abordar, portanto, a dimensão ética da profissão é considerar também que esses valores e princípios não se reduzem ao Código de Ética, tampouco se apresentam como definição abstrata à categoria dos assistentes sociais. A ética se expressa na visão sociedade/indivíduo que perpassa o exercício profissional cotidiano. Mais que uma disciplina, ela contribui na fundamentação do ensino e viabiliza-se na prática docente e profissional. Ignorar o movimento social e as diversidades que ele engendra, pensando a profissão como um bloco monolítico, é negar a história e a trajetória da própria profissão.

Nesta trajetória aparecem aspectos indissociáveis, entre os quais a questão do ensino e da relação teoria/prática. Fundam-se numa mesma relação embora se constituam no grande dilema da profissão, o que na verdade é um "falso dilema" ao considerar-se que "na prática a teoria é outra". No âmbito da formação profissional o espaço privilegiado do ensino da prática é o estágio supervisionado que, nem sempre, ocupa este *lócus* importante e é, muitas vezes relegado a um plano inferior pelos sujeitos envolvidos. Apesar da expansão e do reconhecimento que a categoria dos/as assistentes sociais vem alcançando nas diversas instâncias da vida social, com certeza provocado pela valorização do exercício profissional materializado no cotidiano, é necessário reforçar a atenção voltada ao estágio supervisionado na formação profissional.

O estágio curricular "é essencial à formação do aluno de Serviço Social; enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos". (1995, p. 17). Nas

'Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social' aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro, a ABESS estabelece que "o Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o



exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional de 1993 (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Diante de tal exigência e dos elementos necessários ao ensino da prática é central para o presente projeto político pedagógico que o Estágio Supervisionado seja um dos elementos essenciais, estratégicos e aglutinadores na formação profissional. Numa dimensão crítica e criativa onde os conteúdos técnico-operativos ocupam ao lado das dimensões teórico-metodológica e ético-política momentos específicos na formação profissional.

Outro fenômeno a enfrentar na relação com a dimensão teórico/prática é a questão da interdisciplinaridade. Numa análise do processo de conhecimento difunde-se a ideia, evidentemente menos cuidadosa, da interdisciplinaridade enquanto dissolução dos saberes específicos e constituição de um outro saber, único, geral. SEVERINO orienta para o equívoco de tal compreensão, que exclui do conhecimento o processo dialético de construção do real. Trata-se de apreender a vida social em sua totalidade, precisando dessa forma, passar por suas especificidades. O que se infere é que "[...] a perspectiva interdisciplinar não opera uma eliminação das diferenças: tanto quanto na vida em geral, reconhece as diferenças e as especificidades, convive com elas, sabendo, contudo, que elas se reencontram e se complementam, contraditória e dialeticamente." (1995, p.20). Tomando a dimensão de totalidade como premissa, também no processo de ensino, de formação profissional, tem-se que "[...]a verdade completa não ocorre numa Ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas" (idem, 1995, p.20).

SEVERINO coloca que esta perspectiva da interdisciplinaridade ainda tem encontrado dificuldades para concretizar-se na realidade. Sua viabilização tem ficado, muito no nível de proposta de intenção sem concretizar-se efetivamente. O que se ~~pode~~ identifica como pano de fundo para esta dificuldade é a questão do pluralismo. COUTINHO, (1995) aponta que o pluralismo é uma necessidade da sociedade moderna e preconiza que a troca de ideias, da discussão com o diferente afina novas verdades,

afirmando-o como a necessidade de seu exercício pelos sujeitos coletivos. O respeito ao diferente não permite confundir o pluralismo e torná-lo, assim, sinônimo de ecletismo. O que se deve levar em conta é a abertura para o diferente, o respeito pela posição alheia. O mesmo autor ressalta que não se trata apenas de tolerância de quem tem a verdade e por isso admite, magnanimamente a existência do diferente. "É uma posição de abertura de quem julga fundamental a tolerância para o progresso da ciência, para o enriquecimento da própria posição. [...] Vamos debater para chegar à descoberta de verdades que, em geral, são verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira" indica, ainda, que "no mundo dos valores, torna-se objetividade aquilo que é partilhado intersubjetivamente pelos vários atores sociais" (idem, 1995, p.14).

Trata-se, evidentemente, da questão da unidade na diversidade, onde o real possui questões únicas, apreendidas de formas diversas. Assim, o conhecimento e a intervenção no real precisam estar imbuídos desse sentido plural de ler e compreender o mundo, sobretudo na universidade. "A Universidade só pode ser definida como democrática, porque é e tem de ser espaço onde os vários projetos de sociedade, as definições de ciência, os valores debatem entre si. E isso é o que torna a Universidade efetivamente pública, ou seja, a existência em seu interior, desse espaço público, aberto ao debate, ao pluralismo". (COUTINHO, 1995, p.17).

Pensar num currículo de Serviço Social no século XXI é, portanto, conceber uma formação profissional que atenda à demanda social que traz, em si, o acervo do conhecimento e das transformações elaborados e vivenciados historicamente ao longo dos séculos pela humanidade. Sendo assim, o desenho até aqui configurado coloca ao Serviço Social desafios que, se não lhe são exclusivos e de competência restrita, levam à reflexão sobre o posicionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo para o exercício profissional. O presente Projeto Político Pedagógico possui uma direção social definida baseando-se na Teoria Social de Marx e na tradição marxista, que ao colocar como objeto de estudo o modo de produção capitalista constrói sua crítica radical. Na teoria social crítica, na qual a obra marxiana e a tradição marxista são as principais referências, pode-se obter claramente, como vários estudos no interior da profissão e fora dela o demonstram, a discussão das chamadas "grandes determinações da sociedade" como, também, as discussões sobre a "relação indivíduo e sociedade, a conjugação entre as dimensões macro e microsociedades, a articulação

entre os planos da objetividade e da subjetividade na vida social e da universalidade, particularidade e singularidade" (IAMAMOTO, 1993, p.108). Este diálogo é que permite, no dizer da autora, elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade e ser, pois, uma perspectiva teórico-metodológica que explique o movimento da sociedade capitalista, ou seja, o processo histórico de suas transformações numa perspectiva de totalidade. Tendo como referência e fundamento o exposto acima, apresentam-se os objetivos do presente projeto político pedagógico para o Curso de Serviço Social na Unioeste.

### **Objetivos Gerais**

- Formar profissionais com capacidade teórica, técnica, política e eticamente inseridos e comprometidos com o projeto societário emancipatório;
- Examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista - base estrutural da produção da 'questão social' - para a intervenção profissional comprometida com os valores de liberdade e justiça social na construção de uma nova ordem societária;
- Contribuir na construção da capacidade projetual do ser social nas dimensões individual e coletiva.

### **Objetivos Específicos**

1º ano

Ao final do primeiro ano do curso os acadêmicos devem ser capazes de:

- Situar historicamente o ser social apreendendo os elementos de continuidade e ruptura no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista;
- Desenvolver o pensamento científico para compreender o movimento do real;
- Aproximar-se dos elementos constitutivos do Serviço Social.
- Identificar as manifestações da 'questão social' peculiares à sociedade brasileira;

2º ano

Ao final do segundo ano de curso os acadêmicos devem ser capazes de:

- Compreender a categoria trabalho como eixo central da produção e reprodução da vida social, fundante na formação da linguagem da consciência, da sociabilidade e da liberdade;
- Analisar os elementos constitutivos da realidade econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira;

- Analisar a constituição do Estado e as relações estabelecidas com a sociedade civil;
- Compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão técnica e social do trabalho coletivo, sua institucionalização, legitimação e desenvolvimento;
- Apropriar-se dos modos de apreensão e intervenção no real a partir do desenvolvimento de uma postura investigativa crítica.

### 3° ano

Ao final do terceiro ano os acadêmicos devem ser capazes de:

- Apreender o projeto ético-político profissional nas suas dimensões cívica e intelectual;
- Analisar a ação profissional no âmbito das condições e das relações sociais historicamente estabelecidas, como partícipe do trabalho coletivo, e que considere: os organismos empregadores, públicos e privados, os usuários, os recursos materiais, humanos e financeiros bem como a articulação com outros trabalhadores.

### 4° ano

Ao final do quarto ano, os acadêmicos devem ser capazes de:

- Realizar a síntese teórico-analítica de um processo de iniciação científica;
- Formular, desenvolver e avaliar políticas, programas e projetos sociais;
- Intervir na realidade social com as competências e habilidades apreendidas no processo de formação profissional, no contexto do projeto ético-político-profissional.

Apropriando-se da dimensão de universalidade que preside as produções da teoria social crítica pode-se, também, estabelecer a conexão com a pesquisa das particularidades históricas do nosso tempo iluminando a análise dos processos sociais no presente e vislumbrar as possibilidades de ação neles inscritas para articular projeto societário e projeto profissional.

Caminha-se na contramão do projeto societário burguês, porém não se caminha na contramão da história. O Projeto Político-Pedagógico ora apresentado experimenta uma revisão e adequação. A consonância com as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 pelo conjunto da categoria e em 2001 pelo MEC permite tratar esta revisão sem alterar a essência do projeto. Ressalta-se que a compreensão teórico-metodológica apreende o objeto em seu movimento fazendo uma opção ético-política pela emancipação humana.

Mediante os argumentos citados reitera-se a necessidade da revisão curricular neste momento, haja vista o compromisso dessa

Unidade de Ensino em aprofundar o veio de radicalidade crítica na formação e no exercício profissional do/a assistente social.

**PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA:**

Profissional que atue nas diferentes expressões da "questão social", formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e de trabalho;

Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

Como estabelecem as Diretrizes Curriculares, " A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da 'questão social', considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Durante o processo de formação profissional, os alunos deverão desenvolver a capacidade de:

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimentos e defesa de seus direitos;

•realizar visitas técnicas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

**METODOLOGIA:**

O curso de Serviço Social da Unioeste, tem como pressuposto metodológico a unidade teórico-prática, considerando que o trabalho profissional do Assistente Social articula competência e compromisso ético-político com determinado projeto societário livre de toda forma de exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Nesta perspectiva, a formação profissional deve assegurar a apreensão do movimento da produção e reprodução da vida social e das expressões da "questão social" e, concomitantemente, possibilitar uma dimensão técnico-operativa que permita a compreensão e acompanhamento da dinâmica societária. Portanto, o caráter teórico-prático da profissão não prescinde da compreensão teórica para que esta subsidie e direcione a intervenção profissional, pois esta dimensão (teoria-prática) forja a relação de ensino-aprendizagem do trabalho profissional, o que significa entender que não é exterior e nem alheia às matrizes das ciências sociais e humanas e da produção de conhecimento do Serviço Social. Pautado neste pressuposto, os encaminhamentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, são:

- Aulas teóricas expositivas e dialogadas
- Debates
- Dinâmicas de grupo
- Estudo dirigido
- Exercícios, individuais ou em grupo
- Interpretação, análise e discussão de conteúdo
- Pesquisa na biblioteca, em bases de dados, e na Internet
- Seminários temáticos
- Visitas técnicas
- Debates coletivos: acadêmico/as e profissionais da área
- Vídeos, filmes e livros associados aos conteúdos dos Eventos/Congressos/Conferências/Encontros/Seminários

Em consonância com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, por meio do ensino, pesquisa e extensão, articula os conteúdos que constituem: os fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo no conhecimento do ser social enquanto totalidade concreta (o que requer a compreensão da sociedade burguesa e suas contradições); os

fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira com suas particularidades e diversidades geográficas e os fundamentos do trabalho profissional - os elementos constitutivos da profissão e suas especialização como trabalho profissional.

**AVALIAÇÃO:**

O processo de avaliação do curso de Serviço Social insere-se no sistema de avaliação institucional da Unioeste, que norteiam todos os demais cursos oferecidos pela Universidade. A avaliação está pautada em uma concepção de educação voltada para a construção do conhecimento via apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos expressos nas teorias sociais, análises articuladas com a realidade sócio-histórica contemporânea e desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes. Trata-se de uma avaliação centrada no processo ensino-aprendizagem, comprometendo-se com o desempenho acadêmico e com a construção do conhecimento em diálogo com as questões apresentadas pela realidade social.

As avaliações devem receber pareceres - com nota que justifiquem para o discente o parecer atribuído pelo docente e reflita o grau de aprendizado, a identificação das dificuldades e/ou defasagens, quando for o caso, e dos meios, estratégias e alternativas para a sua superação.

Os resultados das avaliações são registrados em diário de classe e/ou sistema informacional, por meio de notas, sob as seguintes orientações:

- a) A frequência mínima exigida é de 75% das aulas ministradas na disciplina. A frequência é obrigatória e não há abono de faltas, salvo os casos previstos em Lei (Resolução No 356/2005-Cepe), compensados através de exercícios domiciliares;
- b) A média mínima exigida para a aprovação é setenta, com direito a Exame Final o discente que tiver obtido a frequência mínima exigida e média inferior a setenta e igual ou superior a quarenta. (Art. 105 do Regimento Geral);
- c) A Segunda Chamada de Avaliação obedecerá aos critérios estabelecidos pela Resolução n.º 101/2016-Cepe.

**FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:**

Ocorre ao longo do curso e de diferentes formas, desde a produção de atividades individuais e/ou coletivas até a realização das provas, passando pelos exercícios, seminários, pôsteres, frequência, reflexões críticas, artigos científicos, resenhas críticas, capacidade de argumentação, postura ética, entre outras. Sua finalidade é diagnóstica e visa subsidiar a identificação das dificuldades apresentadas pelos discentes, no

sentido de promover a relação ensino-aprendizado. Os instrumentais devem ser construídos de modo que possibilitem apreender a relação do conteúdo ministrado com questões da realidade social do discente. Devem ser também propositivos quanto à intervenção nessas realidades, garantindo a práxis (relação teoria/prática) como exercício fundamental na constituição do profissional ético, crítico, com postura investigativa e propositiva.

Dada a sua natureza, o Estágio Supervisionado utiliza ainda a avaliação das situações práticas desenvolvidas pelos acadêmicos nos referidos campos de estágio conveniados com a unidade de ensino, ponderando sobre a realização das atividades estabelecidas pelo docente/orientador acadêmico: elaboração da documentação de estágio conforme regulamento de estágio e as atividades que forem atribuídas conforme necessidade do campo de estágio, inscritas no plano de atividade do/a estagiário/a. A aferição de nota tem como subsídio fundamental para as atividades o desenvolvimento da postura profissional ética e comprometida com os valores e princípios da profissão.

Outra forma de avaliação que se propõe é o Trabalho de Conclusão de Curso que é desenvolvido durante o último ano de curso e é avaliado no decorrer de seu desenvolvimento e no final por uma banca de avaliadores, conforme regulamentação específica.

Os discentes podem contribuir e ter o controle desse processo de avaliação com a sua participação nas instâncias de acompanhamento e de deliberação da proposta pedagógica, que contam com a participação dos docentes e representantes discentes. São elas: reuniões de Colegiado de Curso e comissões específicas de avaliação, revisão e reatualização do projeto político pedagógico do curso.

#### **FORMAS E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO:**

O Curso possui um sistema de acompanhamento e avaliação do seu Projeto Político Pedagógico constituído pelas seguintes instâncias: Colegiado de curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE).

No Colegiado de Curso, o processo de acompanhamento e avaliação se realiza nos momentos de:

- a) Coordenação de curso - tem o papel de viabilizar tanto a condução do processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso, contribuindo para a organização e integração do corpo docente/discente/técnico de forma interdisciplinar, bem como, de garantir a implantação de alternativas pedagógicas para que haja o cumprimento dos Planos de Ensino;
- b) Planejamento das atividades pedagógicas para o ano letivo:



Planos de Ensino - 1. Elaboração: reflexão e debate acerca do Conteúdo Programático, Metodologia do Ensino, Avaliação e Referências Bibliográficas adotadas no ano anterior para a proposição dos mesmos para o ano letivo corrente; 2. Operacionalização: se faz em dois momentos. Primeiro Momento - no início do segundo semestre letivo os/as docentes avaliam, por série, o processo de execução dos conteúdos programáticos, metodologia de ensino, bibliografia utilizada e avaliação desenvolvidas no primeiro semestre e seus resultados. Segundo Momento - ao final do ano letivo, os/as docentes avaliam, juntamente com a série, o plano de ensino da disciplina, levantando indicações e sugestões para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

Debate e definição de eventos/seminários/congressos da categoria profissional, da Unioeste e outras Universidades, em que o Curso participa como organizador e/ou apoiador considerando a contribuição dos temas para a formação profissional.

Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete acompanhar, consolidar e atualizar, permanentemente, o projeto político pedagógico do curso, conforme Resolução nº 317/2011-CEPE. Nesse sentido, possui o papel de garantir uma política de acompanhamento e avaliação da proposta político-pedagógica do curso, a partir das deliberações do Colegiado de Curso, considerando a concepção, a estrutura, a organização e a integralização curricular da formação profissional para os necessários aprofundamentos, qualificação e redirecionamentos (atualização). São elementos do acompanhamento do NDE: os núcleos de fundamentação, as matrizes curriculares, os ementários, os planos de ensino, as metodologias, as estratégias pedagógicas, a avaliação ensino-aprendizagem e avaliação do Curso.

Além desse sistema de avaliação do curso, cabe destacar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do MEC/INEP, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, formado pelo tripé: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional dos Estudantes - ENADE).

#### **IV - ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO**

##### **DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS**

Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
<b>1. De Formação Geral</b>			
		Filosofia	68
		Antropologia	68
		Fundamentos da Psicologia Social	68
		Psicologia Social	68
		Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade I	68
		Sociologia	68
		A "questão social" e o Serviço Social no Brasil I	68
		A "questão social" e o Serviço Social no Brasil II	68
		Política Social e o Serviço Social I	68
		Direito e Legislação Social	102
		Política Social e o Serviço Social II	136
		Política Social e o Serviço Social III	136
		Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade II	68
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	136
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	136
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	136
		Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	136
		Pesquisa em Serviço Social I	68
		Pesquisa em Serviço Social II	102
		Ética Profissional	102
		Subtotal	1.870
<b>2. De Formação Diferenciada</b>			
		Núcleos Temáticos - Optativa A**	136
		Núcleos Temáticos - Optativa B**	136
		Núcleos Temáticos - Optativa C**	136
		Oficina de Formação Profissional I	51
		Oficina de Formação Profissional II	51
		Oficina de Formação Profissional III	51
		Oficina de Formação Profissional IV	51
		Oficina de Formação Profissional V	51
		Oficina de Formação Profissional VI	51
		Oficina de Formação Profissional VII	51
		Oficina de Formação Profissional VIII	51
		Práxis Profissional em Serviço Social I - A, B, C***	68
		Práxis Profissional em Serviço Social II - D, E, F***	68
		Subtotal	952
<b>3. Estágio Supervisionado</b>			

		<b>Estágio Supervisionado em Serviço Social I</b>	<b>306</b>
		<b>Estágio Supervisionado em Serviço Social II</b>	<b>306</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>612</b>
<b>4. Trabalho de Conclusão de Curso</b>			
		<b>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC</b>	<b>170</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>170</b>
<b>5. Atividades Acadêmicas Complementares (mínimo de 5%)</b>			<b>136</b>
		<b>TOTAL DO CURSO</b>	<b>3.740</b>

**Observações:**

\*O trabalho discente efetivo e as atividades acadêmicas extraclasse, realizadas durante a graduação, correspondem a estudos em biblioteca e em laboratório, preparação de seminários, elaboração de trabalhos e relatórios, frequência em monitorias, trabalhos individuais ou em grupo, projetos técnicos e outras similares realizadas na Instituição de Ensino, em atendimento às DCNs (Resolução CNE/CES no 003/2007 e Parecer CNE/CES no 261/2007). Regulamentado na Unioeste pela Resolução 095/2016-Cepe.

\*\* O Colegiado do Curso de Serviço Social ofertará a cada ano letivo seis disciplinas optativas correspondentes a seis Núcleos Temáticos distintos para turmas com, no máximo, vinte alunos matriculados no curso. Cada aluno poderá escolher um entre os seis Núcleos Temáticos ofertados a cada ano, considerados disciplinas optativas de formação diferenciada, a partir do segundo ano do Curso, totalizando 408 horas. A operacionalização dos Núcleos Temáticos possui descrição específica no item X a1.

\*\*\* A disciplina está organizada correspondendo às áreas temáticas dos respectivos campos de Estágio Supervisionado em Serviço Social, de caráter obrigatório. Sua operacionalização está descrita no item X a3.

\*\*\*\* Tendo em vista o ingresso de alunos no curso durante a vigência do primeiro semestre, decorrente de outras chamadas do vestibular e do SISU, será realizado um acompanhamento desses acadêmicos nas disciplinas do primeiro semestre do curso, por meio dos seguintes procedimentos: a. preferência na proposição de projetos de monitoria para os componentes curriculares do 1º e 2º semestres; b. estudos dirigidos dos acadêmicos em

contraturno, acompanhados pelo professor da disciplina e disponibilidade do docente para atendimento; c. datas diferenciadas para a realização das avaliações desses acadêmicos; d. acesso aos materiais/conteúdos já trabalhados pelo professor.

**V - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS**

Código	Disciplina	Pré-requisito Código	Correquisitos	Carga-horária Horas					Forma de Oferta	
				Total	Teórica	Prática	APS	APCC	1° ou 2° Sem/Anual	
<b>1° ano</b>										
1	Filosofia			68	68					Anual
2	Antropologia			68	68					Anual
3	Direito e Legislação Social			102	102					Anual
4	Fundamentos da Psicologia Social			68	68					Anual
5	Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade I			68	68					Anual
6	Sociologia			68	68					Anual
7	A "questão social" e o Serviço Social no Brasil I			68	68					Anual
8	Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I			136	136					Anual
9	Oficina de Formação Profissional I			51	51*					Sem/1°
10	Oficina de Formação Profissional II			51	51*					Sem/2°
Subtotal				748	748					
<b>2° ano</b>										

11	A "questão social" e o Serviço Social no Brasil II	7		68	68			Anual
12	Ética Profissional			102	102			Anual
13	Política Social e Serviço Social I			68	68			Anual
14	Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade II	5		68	68			Anual
15	Pesquisa em Serviço Social I			68	68			Anual
16	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	8		136	136			Anual
17	Oficina de Formação Profissional III			51	51*			Sem/1°
18	Oficina de Formação Profissional IV			51	51*			Sem/2°
19	Núcleo Temático - Optativa A			136	136			Anual
Subtotal				748	748			
<b>3° ano</b>								
20	Práxis Profissional em Serviço Social I - A, B, C.		28	68	68			Anual
21	Pesquisa em Serviço Social II	15		102	102			Anual
22	Psicologia Social	4		68	68			Anual
23	Política Social e Serviço Social II	13		136	136			Anual

24	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	16		136	136				Anual
25	Oficina de Formação Profissional V			51	51				Sem/1°
26	Oficina de Formação Profissional VI			51	51				Sem/2°
27	Núcleo Temático - Optativa B			136	136				Anual
28	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	12, 13 e 16	20	306	102	204			Anual
Subtotal					1054	884	204		
<b>4° ano</b>									
29	Práxis Profissional em Serviço Social II - D, E, F	20-28	36	68	68				Anual
30	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV	24		136	136				Anual
31	Política Social e Serviço Social III	23		136	136				Anual
32	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	21, 23 e 24		170	136	34			Anual
33	Oficina de Formação Profissional VII			51	51*				Sem/1°
34	Oficina de Formação Profissional VIII			51	51*				Sem/2°
35	Núcleo Temático - Optativa C			136	136				Anual

36	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	20-28	29	306	102	204			Anual
	Subtotal			1054	850	238			
	<b>TOTAL DE DISCIPLINAS</b>			<b>3604</b>					
	Atividades Acadêmicas Complementares			136					
	<b>TOTAL DO CURSO</b>			<b>3.740</b>					

\*As disciplinas Oficina de Formação Profissional I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII possuem natureza teórico/prática, com a natureza de operacionalidade prática. São ofertadas de forma semestralizada para turmas de no máximo vinte alunos. Possui Regulamento próprio descrito no item Xa2.



**VI - CARGA-HORÁRIA DO CURSO COM DESDOBRAMENTO DE TURMAS**

DISCIPLINA			C/H TEÓRICA			C/H PRÁTICA					TCC ESTÁGIO		C/H Total de Ensino
	Ano Período	C/H Total	C/H Teórica	*A/D Teórica	Total	C/H Prática	Nº de Grupos	Subtotal	Prática	Total	Nº de alunos	Total	
	1	2	3	4=2+3	5	6	7=5 x 6	8	9=7+ 8	10	11	12=4+9+11	
<b>1º ano</b>													
Filosofia	1º	68	68	68	136		1						136
Antropologia	1º	68	68	68	136		1						136
Direito e Legislação Social	1º	102	102	102	204		1						204
Fundamentos da Psicologia Social	1º	68	68	68	136		1						136
Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade I	1º	68	68	68	136		1						136
Sociologia	1º	68	68	68	136		1						136
A "questão social" e o Serviço Social I	1º	68	68	68	136		1						136
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	1º	136	136	136	272		1						272

Oficina de Formação Profissional I	1°	51	51	51	102		2*						204
Oficina de Formação Profissional II	1°	51	51	51	102		2*						204
Subtotal		748	748	748	1496		12						1700
A "questão social" e o Serviço Social II	2°	68	68	68	136		1						136
Ética Profissional	2°	102	102	102	204		1						204
Política Social e Serviço Social I	2°	68	68	68	136		1						136
Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade II	2°	68	68	68	136		1						136
Pesquisa em Serviço Social I	2°	68	68	68	136		1						136
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	2°	136	136	136	272		1						272
Oficina de Formação Profissional III	2°	51	51	51	102		2*						204
Oficina de Formação Profissional IV	2°	51	51	51	102		2*						204

Núcleo Temático - Optativa A	2°	136	136	136	272		2*						544
Subtotal		748	748	748	1496		12						1972
3° ano													
Práxis Profissional em Serviço Social I - A, B, C	3°	68	68	68	136		3*				15		408
Pesquisa em Serviço Social II	3	102	102	102	204		1						204
Psicologia Social	3°	68	68	68	136		1						136
Política Social e Serviço Social II	3°	136	136	136	272		1						272
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	3°	136	136	136	272		1						272
Oficina de Formação Profissional V	3°	51	51	51	102		2*						204
Oficina de Formação Profissional VI	3°	51	51	51	102		2*						204
Núcleo Temático - Optativa B	3°	136	136	136	272		2*						544
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	3°	306	102**	102	204	204	1			272	40	1700	1972
Subtotal		1054	850	850	1700	204	14			272	55	1700	4216
4° ano													

Práxis Profissional em Serviço Social II - D, E, F	4°	68	68	68	136		3*				15		408
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV	4°	136	136	136	272		1						272
Política Social e Serviço Social III	4°	136	136	136	272		1						272
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	4°	170	136	136	272	34***	1			272	40	1700	1972
Oficina de Formação Profissional VII	4°	51	51	51	102		2*						204
Oficina de Formação Profissional VIII	4°	51	51	51	102		2*						204
Núcleo Temático - Optativa C	4°	136	136	136	272		2*						544
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	4°	306	102**	102	204	204	1			272	40	1700	1972
Subtotal		1054	850	850	1632	238	13			544	95	3400	5.848
<b>TOTAL</b>		<b>3604</b>	<b>3196</b>	<b>3196</b>	<b>6324</b>	<b>442</b>	<b>51</b>			<b>816</b>	<b>150</b>	<b>5100</b>	<b>13.736</b>

\* As disciplinas Optativas - Núcleos Temáticos e as Oficinas de Formação Profissional estão estruturadas para funcionamento no limite de 20 vagas conforme descrito nos itens X deste Projeto. O Projeto Político-Pedagógico implantado em 2000 já estabelecia a especificidade destas



disciplinas. Nesta mesma lógica, reorganizamos as disciplinas de Práxis Profissional em Serviço Social I e II, descrita no item X deste projeto. Consideramos que desde o ano letivo de 2000, a universidade tem garantido 100% de apoio didático para os docentes assegurando a implementação da proposta pedagógica como prevista. O cálculo da carga-horária docente necessária para o funcionamento do Curso à partir deste novo Projeto Pedagógico foi realizado considerando que a universidade já tem reconhecido esta especificidade, porém ainda não acolhida pelas resoluções internas.

\*\* Carga-horária destinada à Coordenação de Estágio conforme Resolução 034/2000.

\*\*\* Carga-horária atribuída ao acadêmico para a realização do processo de Orientação do TCC.

**VII - QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DO CURSO**

CURRÍCULO EM VIGOR		CURRÍCULO PROPOSTO	
Disciplina	C/H	Disciplina	C/H
Filosofia	68	Filosofia	68
Antropologia	68	Antropologia	68
Psicologia Social	68	Psicologia Social	68
Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade I	68	Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade I	68
Sociologia	68	Sociologia	68
A "questão social" e o Serviço Social no Brasil I	68	A "questão social" e o Serviço Social no Brasil I	68
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	136	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	136
Oficina de Formação Profissional I	68	Oficina de Formação Profissional I	51
Oficina de Formação Profissional II	68	Oficina de Formação Profissional II	51
Direito e Legislação Social (2º ano)	68	Direito e Legislação Social	102
		Fundamentos da Psicologia Social	68
A "questão social" e o Serviço Social no Brasil II (3º ano)	68	A "questão social" e o Serviço Social no Brasil II	68
Ética Profissional	68	Ética Profissional	102
Política Social e Serviço Social I	68	Política Social e Serviço Social I	68
Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade II	68	Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade II	68
Pesquisa em Serviço Social I	68	Pesquisa em Serviço Social I	68
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	136	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	136

Oficina de Formação Profissional III	68	Oficina de Formação Profissional III	51
Oficina de Formação Profissional IV	68	Oficina de Formação Profissional IV	51
Núcleo Temático - Optativa A	136	Núcleo Temático - Optativa A	136
Práxis Profissional I	68	Práxis Profissional em Serviço Social I - A, B, C.	68
Pesquisa em Serviço Social II	68	Pesquisa em Serviço Social II	102
A "questão social" e o Serviço Social no Brasil II	68		
Política Social e Serviço Social II	136	Política Social e Serviço Social II	136
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	136	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	136
Oficina de Formação Profissional V	68	Oficina de Formação Profissional V	51
Oficina de Formação Profissional VI	68	Oficina de Formação Profissional VI	51
Núcleo Temático - Optativa B	136	Núcleo Temático - Optativa B	136
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	204	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	306
Práxis Profissional II	68	Práxis Profissional em Serviço Social II - D, E, F	68
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV	136	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV	136
Política Social e Serviço Social III	136	Política Social e Serviço Social III	136
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	170	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	170
Oficina de Formação Profissional VII	68	Oficina de Formação Profissional VII	51
Oficina de Formação Profissional VIII	68	Oficina de Formação Profissional VIII	51
Núcleo Temático - Optativa C	136	Núcleo Temático - Optativa C	136
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	204	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	306

### VIII - PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Ano: Implantação integral para todas as turmas a partir do ano de 2020

### IX - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

<b>Disciplina: Filosofia</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>68</b>	<b>68</b>			
<b>Ementa:</b> Introdução ao pensar filosófico e crítico. Ética: Antiga (Sócrates, Platão e Aristóteles e os filósofos helenistas); Medieval (Fundamentações da moral); Ética de Inspiração empirista (David Hume e Utilitarismo); Ética Kantiana.				

<b>Disciplina: Antropologia</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>68</b>	<b>68</b>			
<b>Ementa:</b> A diversidade cultural e suas expressões - étnicorraciais, indígenas, afrobrasileira e outras - na formação da sociedade brasileira a partir de abordagens teórico-antropológicas.				

<b>Disciplina: Direito e Legislação Social</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>102</b>	<b>102</b>			
<b>Ementa:</b> Os fundamentos do direito na sociedade de classes. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. Os direitos humanos e as garantias constitucionais. A legislação Social.				

<b>Disciplina: Fundamentos da Psicologia Social</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>68</b>	<b>68</b>			
<b>Ementa:</b> Fundamentos históricos e filosóficos da Psicologia e suas principais correntes teóricas nos séculos XIX (Estruturalismo, Funcionalismo e Associacionismo) e XX (Comportamentalismo; Gestalt e Psicanálise). A constituição histórica da Psicologia Social e os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Social Crítica (base Materialista Histórico-Dialética).				



<b>Disciplina: Trabalho, Processo de Trabalho e Constituição da Sociabilidade I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
68	68			
<b>Ementa:</b> O processo de produção e a formação do valor trabalho.				

<b>Disciplina: Sociologia</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
68	68			
<b>Ementa:</b> As matrizes clássicas do pensamento sociológico: Durkheim, Weber, Marx.				

<b>Disciplina: A "questão social" e o Serviço Social no Brasil I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
68	68			
<b>Ementa:</b> A gênese da "questão social" na sociedade capitalista. A gênese da "questão social" no Brasil.				

<b>Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
136	136			
<b>Ementa:</b> O significado social da profissão. O conhecimento e a análise do Serviço Social na dinâmica da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, sociais e culturais capitalistas. O movimento do Serviço Social tradicional, de intenção de ruptura e a ruptura com o conservadorismo. A emergência do capitalismo urbano-industrial na Europa, na América Latina e no Brasil no final do século XIX até a década de 1940 do século XX.				

<b>Disciplina: Oficina de Formação Profissional I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
51	51			
<b>Ementa:</b> Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Serviço Social na apreensão do espaço da universidade e realidade social. Iniciação ao trabalho científico a partir das normas da ABNT no âmbito acadêmico.				

<b>Disciplina: Oficina de Formação Profissional II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
51	51			
<b>Ementa:</b> Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na produção do trabalho científico e em específico do Serviço Social.				

<b>Disciplina: A "questão social" e o Serviço Social no Brasil II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
68	68			
<b>Ementa:</b> A formação sócio-histórico e a constituição das classes sociais no Brasil. As expressões da "questão social" na sociedade brasileira e o Serviço Social.				

<b>Disciplina: Ética Profissional</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
102	102			
<b>Ementa:</b> O fundamento epistemológico e ontológico-social da dimensão ético-moral da vida social e os direitos humanos. Os projetos societários, a ética profissional e os Códigos de Ética na trajetória sócio-história do Serviço Social brasileiro. O debate do projeto ético-político profissional na contemporaneidade.				

<b>Disciplina: Política Social e Serviço Social I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
68	68			
<b>Ementa:</b> A natureza do Estado moderno - Liberalismo e Socialismo - na relação sociedade civil e Estado.				

<b>Disciplina: Trabalho, Processos de Trabalho e a Constituição da Sociabilidade II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
68	68			
<b>Ementa:</b> O trabalho e o processo de trabalho como eixos centrais da produção e reprodução da vida social, suas repercussões na constituição das formas e organização dos sujeitos sociais e seus rebatimentos no Serviço Social.				

<b>Disciplina: Pesquisa em Serviço Social I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>68</b>	<b>68</b>			
<b>Ementa:</b> Os fundamentos da pesquisa científica e da pesquisa social. A atitude investigativa no Serviço Social.				

<b>Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>136</b>	<b>136</b>			
<b>Ementa:</b> O significado social da profissão. O conhecimento e a análise do Serviço Social na dinâmica da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, sociais e culturais capitalistas. O movimento do Serviço Social tradicional, de intenção de ruptura e a ruptura com o conservadorismo. A particularidade do desenvolvimento do Serviço Social na América Latina e no Brasil no período de 1940 a 1980 do século XX.				

<b>Disciplina: Oficina de Formação Profissional III</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>51</b>	<b>51</b>			
<b>Ementa:</b> Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na utilização dos recursos de informática e produção de dados estatísticos aplicados ao Serviço Social.				

<b>Disciplina: Oficina de Formação Profissional IV</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>51</b>	<b>51</b>			
<b>Ementa:</b> Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na análise de conjuntura e dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.				

<b>Disciplina: Práxis Profissional em Serviço Social I - A, B, C.</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>68</b>	<b>68</b>			
<b>Ementa:</b> Aproximação ao debate teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão: as demandas e as respostas nos espaços sócio-ocupacionais. O projeto ético-político e o				

exercício profissional na defesa de direitos nos espaços sócio-ocupacionais a partir da inserção nos diferentes campos da política social e grupos populacionais: política de saúde, política de previdência social, política de assistência social, política de habitação, política de educação política de desenvolvimento urbano e rural, política de meio ambiente e educação ambiental, política de proteção e defesa civil, política de mobilidade urbana, política de atenção à criança e ao adolescente, política de atenção à pessoa idosa, política de atenção à juventude, política de atenção à mulher, política de atenção à pessoa com deficiência, política de atenção população em situação de rua, etc.

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado e Serviço Social I</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>306</b>	<b>102</b>	<b>204</b>		
<b>Ementa:</b> Introdução ao exercício profissional através da problematização das diferentes expressões da "questão social" mediadas pelas políticas sociais concernentes ao espaço sócio-ocupacional no qual o aluno está inserido. Aproximação das competências do Serviço Social na dinâmica político-institucional relativa a este contexto. Delimitação do objeto e formulação do projeto de intervenção profissional.				

<b>Disciplina: Pesquisa em Serviço Social II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
102	102			
<b>Ementa:</b> Os elementos principais de um projeto de pesquisa. As reflexões lógicas, os métodos e os procedimentos metodológicos para a operacionalização de pesquisas científicas. A elaboração do projeto de pesquisa.				

<b>Disciplina: Política Social e Serviço Social II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>136</b>	<b>136</b>			
<b>Ementa:</b> Os fundamentos da Política Social. A configuração da proteção social no Brasil até a Constituição Federal de 1988.				

<b>Disciplina: Psicologia Social</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>68</b>	<b>68</b>			

**Ementa:**

A Psicologia Social Crítica, seus fundamentos e principais categorias de análise.

**Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III**

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136	136			

**Ementa:** A Psicologia Social Crítica, seus fundamentos e principais categorias de análise. O significado social da profissão. O conhecimento e a análise do Serviço Social na dinâmica da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, sociais e culturais capitalistas. O movimento do Serviço Social tradicional, de intenção de ruptura e a ruptura com o conservadorismo. A particularidade do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil no período de 1980 até anos 2000.

**Disciplina: Oficina de Formação Profissional V**

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
51	51			

**Ementa:**

Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na construção de planos, programas e projetos sociais.

**Disciplina: Oficina de Formação Profissional VI**

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
51	51			

**Ementa:**

Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na construção dos instrumentais técnico-operativos.

**Disciplina: Práxis Profissional em Serviço Social II - D, E, F**

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68	68			

**Ementa:**

O projeto ético-político e o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Aproximação ao debate teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão: as demandas e as respostas nos espaços sócio-ocupacionais. O projeto ético-político e o exercício profissional na defesa de direitos nos espaços sócio-ocupacionais a partir da inserção nos diferentes

campos da política social e grupos populacionais: política de saúde, política de previdência social, política de assistência social, política de habitação, política de educação, política de desenvolvimento urbano e rural, política de meio ambiente e educação ambiental, política de proteção e defesa civil, política de mobilidade urbana, política de atenção à criança e ao adolescente, política de atenção à pessoa idosa, política de atenção à juventude, política de atenção à mulher, política de atenção à pessoa com deficiência, política de atenção população em situação de rua, etc.

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado e Serviço Social II</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>306</b>	<b>102</b>	<b>204</b>		
<b>Ementa:</b> Implementação e avaliação do projeto de intervenção profissional. Apropriação do exercício profissional na perspectiva da totalidade a partir da experiência de estágio supervisionado no contexto da formação profissional.				

<b>Disciplina: Política Social e Serviço Social III</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>136</b>	<b>136</b>			
<b>Ementa:</b> As políticas sociais na América Latina no contexto neoliberal. Reforma, contrarreforma do Estado e as políticas sociais no Brasil. Fundo público e financiamento na gestão das Políticas Setoriais.				

<b>Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social IV</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
<b>136</b>	<b>136</b>			
<b>Ementa:</b> O significado social da profissão. O conhecimento e a análise do Serviço Social na dinâmica da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, sociais e culturais capitalistas. O movimento do Serviço Social tradicional, de intenção de ruptura e a ruptura com o conservadorismo. A particularidade do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil dos anos 2000 à atualidade.				

<b>Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>

170	136	34*		
<b>Ementa:</b> Apresentação e debate dos projetos de pesquisa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Análise de sua coerência com a pesquisa científica. A produção do conhecimento e o Serviço Social. Elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de curso (TCC) na forma de uma monografia.				

<b>Disciplina: Oficina de Formação Profissional VII</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
51	51			
<b>Ementa:</b> Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas no monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos sociais.				

<b>Disciplina: Oficina de Formação Profissional VIII</b>				
<b>Carga-horária total</b>	<b>C/H teórica</b>	<b>C/H prática</b>	<b>APS</b>	<b>PCC</b>
51	51			
<b>Ementa:</b> Competências e habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na aplicação das legislações específicas do Serviço Social no âmbito do trabalho do Assistente Social.				

## **X - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICA**

- a) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS DE LABORATÓRIO, DE SALA OU DE CAMPO (AP)

### **1 - NÚCLEOS TEMÁTICOS**

A disciplina de formação diferenciada e optativa é identificada como Núcleo Temático, ofertada com seis temas distintos, cuja natureza e funcionamento consistem em espaços pedagógicos mediados pela relação indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, mediação essa necessária à formação profissional do Serviço Social.

O currículo do Curso de Serviço Social, da Unioeste, prevê na estrutura organizacional da formação do acadêmico, a oportunidade de aproximação e aprofundamento em áreas específicas e interdisciplinares da intervenção profissional. A estrutura e abordagem curricular visa atender

as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), através das disciplinas de formação diferenciada ofertadas na forma de disciplinas optativas, que permite o(a) acadêmico(a) a escolha a partir do 2º ano do Curso, entre os seis temas distintos aprovados anualmente pelo Colegiado de Curso do Serviço Social. Os Núcleos Temáticos são ministrados por docentes do Curso de Serviço Social, sendo garantido 100% de apoio didático.

Os conteúdos curriculares específicos e/ou transversais visam atender tanto as legislações voltadas ao ensino superior, quanto a temáticas específicas, apontadas pela realidade social.

Os núcleos temáticos “[...] visam a investigação de situações concretas, sistematização e produção de conhecimentos teórico-metodológicos e instrumentais, no âmbito de suas áreas de estudo” (PUCSP, 1996) permitindo, através do estudo sistemático, a construção de respostas profissionais às diferentes expressões da “questão social” no âmbito local e regional.

Ressalta-se que o curso de graduação em Serviço Social da Unioeste/Campus Toledo norteia-se por princípios éticos (Código de Ética Profissional) e por valores da própria instituição, colocando-se comprometido com a formação profissional, do assistente social, no que diz respeito ao ensino de qualidade, público, laico gratuito e presencial, mas também ao fortalecimento de processos democráticos, à pluralidade de pensamento e à liberdade de expressão.

A reatualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em 2014 encontra-se amparada nas diretrizes e fundamentos da política de ensino superior, que tem exigido novos esforços da comunidade acadêmica no sentido de reavaliações dos seus PPP(s). Condição que o Curso de Serviço Social mantém ao longo de sua existência, o que tem permitido, “[...] a realimentação e renovação constantes dos conteúdos programáticos das disciplinas do curso viabilizando um currículo em movimento” (PUC, 1996, p. 23).

Nesse contexto, os Núcleos Temáticos podem ser “[...] criados, recriados e transformados de acordo com sua capacidade de funcionarem como ‘antenas radares’ das demandas da realidade social e da exigência de competência profissional teórico-crítica-operativa para articular respostas, adiantando-se às demandas sociais” (PUC, 1996, p. 23).

Os Núcleos Temáticos ao possibilitarem ao acadêmico a liberdade de escolha da área temática, onde deseja aprofundar



o seu conhecimento, acentua o significado e os desafios político-pedagógicos da pluralidade, diversidade, singularidade e universalidade na construção do conhecimento. Assim, permitem ao acadêmico:

- inserção e interação com atividades de extensão em que o curso se insere;
- inserção de membros de grupos e linhas de pesquisas do curso;
- inserção de profissionais da própria área ou áreas afins;
- inserção de acadêmicos de cursos afins;
- inserção de atividades de ensino teórico-práticas que permitam a inclusão dos diversos sujeitos nos espaços sociocupacionais tendo em vista a capacitação para o exercício do trabalho profissional.

Os Núcleos Temáticos diferenciam-se das demais disciplinas porque metodologicamente o desenvolvimento do seu conteúdo programático (previsto em suas ementas) não se dá tão somente no formato de aulas expositivas, ao contrário. A sua operacionalização pode ser realizada dentro e fora das salas de aulas de visitas técnicas, estudos orientados, encontros, seminários, mesas redondas, debates, seminários e outros instrumentos e recursos metodológicos, objetivando o conhecimento aprofundado dos fundamentos de uma dada área/temática, mas também, e no mesmo grau de importância, objetivando o contato com a realidade social.

Em razão da necessidade de adequação dos núcleos temáticos à estrutura estabelecida pela legislação institucional, os mesmos são identificados, para efeito de matrícula, como disciplinas optativas ("A", "B", "C", "D", "E" e "F") até o limite de seis disciplinas optativas, a cada ano. O horário é definido pelo Colegiado de Curso de Serviço Social e garante a oferta concomitante dos 6 (seis) Núcleos Temáticos, isto é, no mesmo dia e horário.

A metodologia de operacionalização dos Núcleos Temáticos, são constituídos por turmas de 20 acadêmicos, permitindo a matrícula de acadêmicos da segunda, terceira e quarta séries do curso de Serviço Social simultaneamente, o que permite a constituição de turmas com diferentes níveis de conhecimento. Fica a secretaria acadêmica autorizada a realizar a(s) matrícula(s) dos acadêmicos interessados até o limite (máximo) de vinte acadêmicos regularmente matriculados por núcleo temático. O controle será feito via sistema informatizado de matrícula da Unioeste. Os profissionais e

demais acadêmicos interessados são convidados a participarem dos Núcleos Temáticos.

Em caso de reprovação nas disciplinas Núcleos Temáticos o(a) acadêmico(a) deverá cursar uma das disciplinas Núcleos Temáticos de forma presencial no ano subsequente.

Ementa: Desenvolvimento de processos de investigação em situações concretas, sistematização e produção de conhecimentos teórico-metodológicos e instrumentais que permitam a construção de respostas profissionais à "questão social" e suas diferentes expressões.

## **2 - AS OFICINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

As disciplinas de Oficina de Formação Profissional são instâncias pedagógicas desenvolvidas ao longo dos quatro anos do curso, acompanhando toda a estrutura curricular.

As diretrizes curriculares apresentam a necessidade de se construir espaços pedagógicos nos quais as competências e habilidades referentes às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da intervenção profissional possam ser desenvolvidas e avaliadas, com ênfase na dimensão técnico-operativa.

Diante desta exigência do processo de formação profissional, as disciplinas de Oficina de Formação Profissional são ofertadas em duas turmas divididas equitativamente, o que permite o acompanhamento pedagógico e garante as condições de ensino-aprendizagem das competências e habilidades na formação profissional.

As disciplinas são ofertadas paralelamente ao conjunto das demais disciplinas de cada série, estabelecendo uma conexão necessária entre os conteúdos teórico-metodológicos sobre as competências e habilidades profissionais que devem ser apreendidas gradativamente no processo de ensino-aprendizagem. Na estrutura curricular existe autonomia relativa entre as disciplinas, tanto entre os conteúdos de cada Oficina quanto do conjunto das disciplinas de Oficina com as demais disciplinas do curso. Porém, a articulação e conexão dos conteúdos são fundamentais no processo de formação profissional.

A operacionalização dos conteúdos programáticos inscritos nos Planos de Ensino das disciplinas requer metodologias que apresentem como resultado do processo de ensino-aprendizagem presentes na dimensão técnico-operativa

da profissão, como: análise de conjuntura, indicadores sociais, relatório, perícia social, diagnóstico, projeto de intervenção, resumo, resenha, artigo, seminário entre outros. Ressalta-se que na metodologia da disciplina de Oficina de Formação Profissional I, ministrada no primeiro semestre do 1º ano do Curso, terá previsto no Plano de Ensino, conforme Resolução nº 138/2014-Cepe, que Aprova as Diretrizes para o Ensino de Graduação da Unioeste, artigo 11, inciso 2º “[...] formas de acompanhamento de conteúdo e avaliação para os estudantes que ingressam após o início do período letivo.”.

Devido sua natureza, em caso de reprovação, tanto por frequência quanto por nota, nas disciplinas de Oficina de Formação Profissional, o aluno deve cursar novamente a disciplina de forma presencial.

A efetivação se dá através das disciplinas ofertadas de forma semestralizada, divididas em turmas A e B equitativamente a partir da demanda de alunos matriculados no ano. A matrícula é realizada pela Secretaria Acadêmica e a divisão das turmas segue a ordem alfabética com a inversão de turmas e professores, no segundo semestre do ano letivo. Segue abaixo as disciplinas com distribuição das turmas:

<b>Ano</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga-horária</b>
1º ano	Oficina de Formação Profissional I	51 horas
	Oficina de Formação Profissional II	51 horas
2º ano	Oficina de Formação Profissional III	51 horas
	Oficina de Formação Profissional IV	51 horas
3º ano	Oficina de Formação Profissional V	51 horas
	Oficina de Formação Profissional VI	51 horas
4º ano	Oficina de Formação Profissional VII	51 horas
	Oficina de Formação Profissional VIII	51 horas

### **3 - PRÁXIS PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Apreender o Serviço Social como profissão, requer entendê-la na sua função social como práxis social. Para tanto, tem-se como ponto de partida o desvendamento do cotidiano do trabalho profissional do/a Assistente Social nos diversos espaços ocupacionais (público ou privados); sua atuação na defesa intransigente de seus princípios éticos, pautados e fundamentados em valores democráticos e humanos, tendo como finalidade a construção de outra sociabilidade, livre de exploração, de dominação de classes, raça/etnia, de gênero e diversidade sexual. Tal proposição se coloca como

desafio ante à ofensiva do capital e não pode ser tomada como exclusiva da categoria profissional, mas deve articular-se ao projeto societário que lute pela emancipação humana.

Essa compreensão, na formação profissional do Curso de Serviço Social da Unioeste é refletida/reforçada na disciplina de Práxis Profissional em Serviço Social, cujo objetivo é aproximar ao debate teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão: as demandas e as respostas nos espaços sócio-ocupacionais do/a Assistente Social.

Nesse sentido, propõe articular o projeto ético-político e o exercício profissional na defesa de direitos nos espaços sócio-ocupacionais a partir da inserção nos diferentes campos da política social e grupos populacionais: política de saúde, política de previdência social, política de assistência social, política de desenvolvimento urbano e rural, política de meio ambiente e educação ambiental, política de proteção e defesa civil, política de mobilidade urbana, política de educação, política de atenção à criança e ao adolescente, política de atenção à pessoal idosa, política de atenção à juventude, política de atenção à mulher, política de atenção à pessoa com deficiência, política de atenção população em situação de rua, etc.

Para efeitos de matrícula, a disciplina se inscreve como Práxis Profissional em Serviço Social I, com carga-horária de 68 horas ou de 2 horas/aula semanais na terceira série, sendo a mesma co-requisito da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e Práxis Profissional em Serviço Social II, com carga horária de 68 horas ou 2 horas/aula semanais, na quarta série do curso, sendo a mesma co-requisito da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II.

A disciplina deve ser ministrada pelo docente orientador acadêmico/supervisor acadêmico que acompanha e orienta o acadêmico no desenvolvimento das atividades de estágio por meio do processo de supervisão direta junto aos campos de estágio e sua operacionalização se dá com a organização de grupos de até 15 alunos, de terceira e quarta séries simultaneamente. A mesma é ofertada regularmente/anualmente pelo Curso e está organizada em seis áreas temáticas de acordo com as áreas temáticas dos campos de estágio conveniados. Logo, podem ser alteradas em função da alteração das respectivas áreas temáticas dos campos de estágio conveniados.

Sua efetivação se dá da seguinte forma:

ANEXO DA RESOLUÇÃO N° 159/2019-CEPE, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

<b>Ano</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Turmas</b>	<b>Carga-horária</b>
3° e 4°	Práxis Profissional em Serviço Social I	A, B, C.	68
3° e 4°	Práxis Profissional em Serviço Social II	D, E, F	68

Em caso de reprovação - por falta ou nota nas disciplinas de Práxis Profissional em Serviço Social I e Práxis Profissional em Serviço Social II, o aluno deve cursar a disciplina novamente de forma presencial.

O detalhamento das disciplinas de Práxis Profissional em Serviço Social I e II obedece a um Regulamento específico, anexo IV.

#### **XI - DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO**

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do acadêmico no espaço sócio-institucional durante o processo de formação profissional, concomitantemente ao ano letivo, a partir da 3ª série do Curso. O estágio pode ser obrigatório e não obrigatório, conforme definido na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Respeitando sua natureza, o Estágio Não Obrigatório deve ocorrer nas mesmas condições do Estágio Obrigatório, definidas no Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Unioeste/Campus de Toledo. Ou seja, orienta-se pelas legislações pertinentes à formação profissional em Serviço Social; pelas regulamentações acerca da atividade de estágio em âmbito nacional e a especificidade desta na Unioeste, Curso de Serviço Social. Sendo assim, considera imprescindíveis para a atividade, os conteúdos programáticos inscritos nos Planos de Ensino das disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II, Ética Profissional e Política Social e Serviço Social I, estabelecidas como pré-requisitos para as atividades de Estágio.

Em situações de procura por esta modalidade de Estágio, cuja justificativa seja a remuneração para a manutenção e permanência na universidade, reforçamos a necessidade da construção da política de assistência estudantil na Unioeste, bem como orientamos a participação deste em atividades de extensão, pesquisa, monitoria e/ou outras, que mediante

processo seletivo, possam garantir a remuneração por meio de bolsa.

Portanto, as atividades do Estágio Supervisionado objetivam o

"(...) desenvolvimento do potencial reflexivo e capacidade analítica, pois é o espaço privilegiado para que o aluno possa ampliar as possibilidades de análise, compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põem ao campo, superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, uma vez que aí se colocam ao aluno fenômenos concretos, sínteses de múltiplas determinações". (GUERRA, 2002, p.9).

Compreende-se que o Estágio Supervisionado em Serviço Social permite ao acadêmico realizar sistematizações propiciadoras da reflexão-ação, mediatizadas pelo exercício dos atos analítico, crítico e interventivo sobre a "questão social" e suas manifestações específicas na realidade social, dialeticamente assimilados e desenvolvidos pelos/as acadêmicos/as a partir da realidade institucional, da intervenção profissional e dos elementos histórico, teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que fundamentam a formação profissional. Sendo assim, os pré-requisitos e co-requisitos estabelecidos para iniciar-se o Estágio Supervisionado apresentados neste Projeto Político-Pedagógico são fundamentais.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social está dividido em duas disciplinas de natureza prática para o acadêmico, cuja carga-horária é realizada nos respectivos campos de estágio:

Série		Carga-horária
3 <sup>a</sup>	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	306 horas
4 <sup>a</sup>	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	306 horas
TOTAL		612 horas

A carga-horária do Estágio Supervisionado é realizada em período vespertino e/ou noturno, respeitando os horários de funcionamento dos campos de estágio conveniados.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade que se realiza com a responsabilidade pedagógica da Unidade de Ensino, o que pressupõe supervisão sistemática de modalidade direta. A supervisão de estágio é obrigatória para a formação profissional e se apresenta em duas dimensões distintas e indissociáveis de acompanhamento e orientação: a supervisão

acadêmica - atividade docente de responsabilidade do professor com formação em Serviço Social e a supervisão de campo, atividade profissional do assistente social vinculado ao campo de estágio.

O processo de desenvolvimento das atividades de estágio requer a compreensão da relação da totalidade da dinâmica social com o cotidiano do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais/campos de estágio. Para o alcance desse processo, o Projeto Político-Pedagógico coloca como subsídio para a formação profissional, as disciplinas de Práxis Profissional em Serviço Social I e Práxis Profissional em Serviço Social II<sup>1</sup>, ministradas pelo assistente social docente-orientador acadêmico supervisor acadêmico.

Em caso de reprovação - por falta ou nota, nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e Estágio Supervisionado em Serviço Social II, o acadêmico deve cursar a disciplina novamente de forma presencial.

O detalhamento do Estágio Supervisionado obedece ao Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social aprovado pela Unioeste, anexo I.

## **XII - DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma atividade curricular obrigatória, requisito parcial e indispensável à integralização plena do curso de Serviço Social.

O TCC compõem-se de duas dimensões: a) elaboração e orientação e; b) frequência regular na disciplina. O processo de investigação para o TCC é iniciado a partir da inserção do acadêmico nas diversas atividades que integram o currículo: disciplinas, oficinas, disciplinas optativas e estágio supervisionado.

O TCC se expressa através de um estudo/pesquisa de caráter individual no qual o acadêmico tem a oportunidade de relacionar o aspecto da realidade social problematizado com a totalidade da formação profissional adquirida. Sendo assim, o TCC resulta de um processo investigativo e tem por objetivo proporcionar a aproximação, sistematização e análise de um objeto temático relacionado ao Serviço Social, havendo a necessidade de

---

<sup>1</sup> De acordo com as considerações do item X Descrição das Atividades Práticas/subitem A3 deste Projeto Político Pedagógico (PPP).

conhecimentos anteriores adquiridos nas disciplinas que são pré-requisitos definidos no presente Projeto-Político-Pedagógico. Constitui-se num estudo/pesquisa que responde às exigências acadêmico-científicas, elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por uma banca examinadora. O detalhamento de sua operacionalização obedece ao Regulamento Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Universidade, anexo II.

### **XIII - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES**

Têm por objetivo complementar a formação acadêmica de graduação de forma a contribuir na qualificação do ensino, pesquisa e extensão. O cumprimento da Atividade Acadêmica Complementar se dá através da participação nas seguintes atividades: eventos, cursos especiais, projetos de extensão, de pesquisa e de ensino, monitoria acadêmica, atividades científicas, artísticas e culturais e de integração e qualificação.

As atividades podem ser ofertadas pelo Curso de Serviço Social e demais organizações da área específica ou área afim. Entende-se que as Atividades Acadêmicas Complementares propiciam o trânsito por outras áreas do saber, busca da qualidade do processo de reflexão da formação profissional explicitada nas atividades cotidianas do espaço universitário. Constitui-se, ainda, em possibilidades de complementação da aprendizagem, reflexão do cotidiano em sala de aula onde o acadêmico busca correlacionar o aprendizado dos conteúdos programáticos às demais atividades propostas pelo curso como um todo.

As Atividades Acadêmicas Complementares seguem Resolução nº 025/2003-Cepe que aprova Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares da Unioeste e, Regulamento específico do curso de Serviço Social da Unioeste/campus de Toledo, aprovado pelo Colegiado de Curso, anexo III.

### **XIV - DESCRIÇÃO DA PESQUISA**

No âmbito da formação profissional do Curso de Serviço Social da Unioeste, a atitude investigativa encontra-se imbricadas nas reflexões acerca das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do trabalho profissional do Assistente Social, perpassando transversalmente nos conteúdos



programáticos de diversas disciplinas. Especificamente, no ensino, a pesquisa é apreendida nos conteúdos programáticos das disciplinas: Pesquisa em Serviço Social I, Pesquisa em Serviço Social II, Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e Núcleos Temáticos, cuja finalidade é o conhecimento e aprimoramento teórico-intelectual de diversas áreas temáticas. Para além do ensino, a pesquisa, potencializada pela participação de acadêmicas/os de graduação, está presente nos Projetos de Iniciação Científica, Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, Projetos de Pesquisa, além da articulação indissociável com as atividades e projetos de extensão universitária, possibilitando o estudo e contato as linhas de pesquisa dos docentes da graduação da pós-graduação.

Mediante a implantação do curso de Pós-Graduação em nível de mestrado em 2013, a necessidade de estabelecer e aprofundar a interrelação do Curso de Graduação em Serviço Social com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Mestrado corresponde a uma ação transversal na organização pedagógica dos conteúdos programáticos das disciplinas, projetos e demais atividades que envolvem a formação profissional. Sendo assim, o processo de articulação da graduação com a pós-graduação ocorre da seguinte forma:

- Promoção de atividades conjuntas: destinadas aos estudantes da graduação e pós-graduação. Dentre estas atividades estão palestras, seminários, aulas inaugurais, dentre outras;
- Grupos de pesquisa dos quais participam tanto estudantes de graduação como os de pós-graduação, bolsistas de pesquisa, processo esse que vem repercutindo no desenvolvimento de habilidades de pesquisa e na aproximação com novos conhecimentos para além dos adquiridos em sala de aula;
- Disciplina Estágio de Docência para os mestrandos, bolsistas da Capes- que permite uma privilegiada aproximação de ambos os cursos, despertando um maior interesse em informações sobre as pesquisas e as disciplinas da pós-graduação.

É importante ressaltar que os professores do Mestrado são professores também do curso de graduação ministrando disciplinas, orientando TCC's e projetos de extensão, intensificado esta integração.

A articulação da graduação com a pós-graduação, como a articulação ensino, pesquisa e extensão, são pressupostos pedagógicos que estão presentes na trajetória do Curso de Serviço Social e na construção do próprio Mestrado em Serviço Social:

Área de Concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos,

Linhas de Pesquisa: Fundamentos do Serviço Social e do Trabalho do Assistente Social e Políticas Sociais, Desenvolvimento e Direitos Humanos.

#### **XV - DESCRIÇÃO DA EXTENSÃO**

O Curso de Serviço Social, pela sua natureza interventiva, possui forte vinculação com a extensão universitária. A Universidade tem avançado internamente regulamentando a atividade extensionista e garantindo a ela maior reconhecimento na necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A universidade pública tem como função social garantir esta intervenção. Porém o que se tem identificado é a precarização das condições objetivas para que ela cumpra este propósito.

O Curso de Serviço Social como um todo tem proposto diferentes atividades esbarrando no limite dos recursos materiais e financeiros para desencadear, com maior visibilidade, suas ações, pois os recursos humanos valorizam e têm como fundamental a interação com a comunidade externa.

Entende-se que as atividades desenvolvidas nos programas de extensão devem, preferencialmente, somar esforços e potencializar a interdisciplinaridade e a articulação com outras instituições. Igualmente, devem incidir em seus propósitos sobre prioridades identificadas pelos seus usuários em demandas reais ampliadas, conquistando novos espaços decisórios. Bem como, essas atividades devem revelar em seu trato extensionista, a articulação com as linhas de pesquisa em andamento, a política de estágio e as disciplinas optativas, retroalimentando o processo de formação profissional.

**XVI - CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO**

NOME DO DOCENTE EFETIVO	TITULAÇÃO		RT	DISCIPLINAS
	Graduação e Pós-graduação Área de conhecimento da titulação	Ano de conclusão e Instituição da última titulação		
<b>1. Alfredo Aparecido Batista</b>	Graduado em: Universidade Estadual de Londrina-UEL 1986. Mestre em: Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP 1994. Doutor em: Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP 2002. Pós-Doutor em: UFRJ-RJ 2014.	Pós-Doutor em: UFRJ-RJ 2014.	40	-Trabalho, Processo de trabalho e Constituição da Sociabilidade I. - Núcleo temático (Movimentos Sociais)
<b>2. Carmen Pardo Salata</b>	Graduado em: Serviço Social Lins-SP 1973. Mestre em: Educação Universidade Católica Dom Bosco- Campo Grande 2000.	Mestre em: Universidade Católica Dom Bosco- Campo Grande 2000.	40	-Oficina de Formação Profissional I -Oficina de Formação Profissional II -Oficina de Formação Profissional VII. -Oficina de Formação Profissional VIII.
<b>3. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago</b>	Graduado em: Serviço Social- Unioeste 1998. Mestre em: Serviço Social UEL 2006. Doutora em: Serviço Social- PUC/SP 2014.	Doutor em: Serviço Social- PUC/SP 2014.	40	-Ética Profissional e Serviço Social

<b>4. Cristiane Karla Konno</b>	Graduado em: Serviço Social- Universidade Estadual de Londrina-UEL 1994. Mestre em: Serviço Social e Política Social- Universidade Estadual de Londrina-UEL 2003. Doutoranda em: Serviço Social - UEL	Mestre em: Serviço Social e Política Social- Universidade Estadual de Londrina-UEL 2003.	40	-Estágio Supervisionado em Serviço Social I. -Estágio Supervisionado em Serviço Social II. - Núcleo temático - Assistência Social
<b>5. Diuslene Rodrigues Fabris</b>	Graduado em: Serviço Social- Facitol 1992. Mestre em: Letras-UNIOESTE 2006. Doutor em: Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste.	Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE- 2017.	40	- Núcleo Temático -Saúde e SUS
<b>6. Edson Marques de Oliveira</b>	Graduado em: Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo 1989. Mestre em: Serviço Social PUC/SP 1996. Doutora em: Serviço Social UNESP-Franca/SP 2003.	Pós-Doutor em: Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades - Universidade de Coimbra, Portugal - 2016	40	-Pesquisa em Serviço Social II -Núcleo Temático Inovação Social
<b>7. Esther Luiza de Souza Lemos</b>	Graduado em Serviço Social-UNIOESTE 1992. Mestre em: Serviço Social PUC/SP 1997. Doutora em: Serviço Social UF/RJ 2009. Pós-Doutor em:	Pós - Doutora em: Serviço Social - UNB - 2017.	40	-Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos III
<b>8. Eugênia Aparecida Cesconeto</b>	Graduado em: Serviço Social (FACITOL,1991), Mestre em: História (UFF/RJ, 2002),	Doutor em: Serviço Social (PUC/SP, 2012)	40	<b>Afastada para pós-doutorado</b>

	Doutora em: Serviço Social (PUC/SP, 2012) Pós-Doutor em: em pós doutoramento na UFSC			
<b>9. Ineiva Terezinha Kreutz Louzada</b>	Graduado em: Serviço Social (UCS - 1983) Mestre em: Educação Escolar Brasileira (UFG-1999) Doutoranda em: Serviço Social UFSC	Mestre em: Educação Escolar Brasileira (UFG-1999)	40	Afastada para doutorado
<b>10. Marize Rauber Engelbrecht</b>	Graduado em: Serviço Social (FACITOL-1993) Mestre em: Serviço Social (PUC - 1999) Doutora em: Serviço Social (PUC-2012) Pós-Doutoranda em: Serviço Social PUC/SP	Doutora em: Serviço Social (PUC-2012)	40	Afastada para pós-doutorado
<b>11. Marli Renate von Borstel Roesler</b>	Graduado em: Serviço Social (PUC/PR, 1982) Mestre em: Educação (PUC/PR, 1994) Doutora em: Serviço Social (PUC/SP, 2002) Pós-Doutor em: Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR, 2012)	Pós-Doutora em: Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR, 2012)	40	-Núcleo Temático: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental (Graduação) -Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos II
<b>12. Rosana Mirales</b>	Graduado em: Serviço Social UEL 1987. Mestre em: Ciências Sociais PUC/SP 1989. Doutora em: Serviço Social PUC/SP 2009.	Pós-Doutora em: Serviço Social pela UFRJ - 2016	40	- Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos I - Oficina de Formação Profissional V

				- Oficina de Formação Profissional VI
<b>13. Roseli Odorizzi</b>	Graduado em: Serviço Social FURB 1994. Mestre em: Serviço Social e Política Social UEL 2003.	Mestre em: Serviço Social e Política Social UEL 2003.	40	-Pesquisa em Serviço Social I. -Oficina de Formação Profissional III. - Oficina de Formação Profissional IV.
<b>14. Vera Lucia Martins</b>	Graduado em: Serviço Social (UEL, 1995) Mestre em: Serviço Social (UNESP/FRANCA), 2000 Doutora em: Serviço Social (PUC/SP, 2011) Pós-Doutor em:	Pós-Doutor em Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Instituto U, ISCTE/IUL, Portugal.: 2018	40	Licença especial e sabática
<b>15. Zelimar Soares Bidarra</b>	Graduação em: Serviço Social (UFF, 1988) Mestrado em: Serviço Social (UFRJ, 1996) Doutora em: Educação (Unicamp, 2004)	Pós-Doutor em: Educação pela Universidade Federal do Paraná- 2015	40	-Política Social e Serviço Social I -Núcleo temático Política de Atendimento a Criança e ao adolescente
<b>DOCENTES TEMPORÁRIOS/TESTE SELETIVO</b>				
<b>16. Índia Nara Smaha</b>	Graduado em: Serviço Social (Unioeste, 2007) Mestre em: Serviço Social e Política Social (UEL, 2011)	Mestre em: Serviço Social e Política Social (UEL, 2011)	40	- Trabalho, Processo de Trabalho e Sociabilidade II - Oficina de Formação Profissional I

				<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina de Formação profissional II</li> <li>- Oficina de Formação Profissional V</li> <li>- Oficina de Formação Profissional VI</li> </ul>
<b>17. Mirele Hashimoto</b>	Graduada em serviço Social (Unioeste - 2017) Especialização Lato Sensu em Serviço Social e Gestão do SUAS. Faculdade São Braz, FSB, Brasil. Mestranda em Serviço Social pela UNIOESTE - em andamento	Especialista em Serviço Social e Gestão do SUAS - FSB - 2017	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Práxis profissional I</li> <li>-Oficina de Formação Profissional VII</li> <li>-Oficina de Formação Profissional VIII</li> <li>- Trabalho de Conclusão de Curso</li> </ul>
<b>18. Thaise Fernanda de Lima Mares</b>	Graduada em: Serviço Social (Unioeste, 2012) Doutoranda em Educação pela UEM - em andamento	Mestre em: Educação (Unioeste, 2016)	20	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Questão Social I</li> <li>-Questão Social II</li> <li>-Política Social e Serviço Social II</li> </ul>
<b>19. William Silvano de Camargo</b>	Graduado em: serviço Social (ITECNE, 2013) Mestre em: Serviço Social (Unioeste,2016)	Mestre em: Serviço (Unioeste, 2016)	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Política Social e Serviço Social III</li> <li>-Oficina de Formação Profissional III</li> <li>-Oficina de Formação Profissional IV</li> <li>-Práxis Profissional II</li> <li>- Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos IV</li> <li>-Oficina de Formação Profissional III</li> <li>-Oficina de Formação Profissional IV</li> </ul>

<b>DOCENTES ÁREAS AFINS</b>				
<b>Sandra Cristina Kleinschmitt</b>	Graduado em: Ciências Sociais / Unioeste / março 2006 (bacharel) e março 2007 (licenciatura) Mestre em: Desenvolvimento Regional e Agronegócio / Unioeste / março 2009 e Ciências Sociais / Unioeste / abril 2011	Doutora em: Sociologia / UFRGS / setembro 2016		Antropologia
<b>Saulo Sbaraini Agostini</b>	Graduado em Filosofia na Unioeste Toledo em 2013	Mestre em Filosofia na Universidade Federal do Paraná em 2018.		Filosofia
<b>Deise Cardoso</b>	Graduado em: Direito/Universidade Paranaense-Unipar Umuarama/1997	Mestre em: Direito Processual e Cidadania/Universidade Paranaense-Unipar Umuarama/2007		Direito e Legislação Social
<b>Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista</b>	Graduado em: Psicologia (UNESP/Assis-SP, 1994) Mestre em: Educação Escolar (UNESP, 2000) Doutora em: Psicologia Social (PUC-SP, 2008)	Pós-Doutor em: Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR - 2018		-Psicologia Social -Fundamentos da Psicologia
<b>André Peralta Grillo</b>	Graduado em: CIÊNCIAS SOCIAIS.	Doutor em: Ciências		Sociologia



	Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil - 2006. Mestre em: Ciências Sociais - Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil - 2009	Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil. 2017.		
--	---	---	--	--

**RESUMO QUANTITATIVO DE DOCENTES PELA ÚLTIMA TITULAÇÃO:**

Graduados: 0  
Especialistas: 1  
Mestres: 9  
Doutores: 6  
Pós-Doutores: 8  
**TOTAL: 24**

**XVII - RECURSOS EXISTENTES E NECESSÁRIOS:****A) RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO - TÉCNICOS E DOCENTES:**

## 1- Recursos humanos existentes:

1.1 Um quadro de dezessete docentes efetivos e quatro docentes contratados/teste seletivo (Ver formulário XVI);

1.2 Mais cinco docentes de áreas afins (Sociologia, Antropologia, Filosofia, Direito e Psicologia);

1.3 Uma estagiária na Secretaria do Curso.

## 2- Recursos humanos necessários:

2.1 Contratação de mais três docentes RT-40;

2.2 Contratação de um técnico-administrativo RT-40 para a Secretaria do Curso;

2.3 Contratação de um técnico-administrativo RT-40 para o setor de Estágio.

**B) RECURSOS FÍSICOS:**

	Recursos físicos existentes	Recursos físicos necessários
Salas de aulas	7	8
Gabinetes para professores	3	7
Sala para Coordenação do Curso	1	1
Sala para Coordenação do Estágio	1	1
Sala para Coordenação da Pós-Graduação	2	2
Sala para Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	1	1
Sala para Secretaria	1	1

Sala para Grupos de Pesquisa	1	5
Sala para reuniões docentes	1	1
Salas para Unati	2	2
Sala para o Programa Casulo sócio Tecnológico	1	1
Salas para o Programa de apoio às Políticas Sociais - PAPs	1	1
Sala para Observatório	1	1
Salas para os Projetos Ação socioambiental e formação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e sustentabilidade - Seipas e Projeto de Estudo e Pesquisa em Políticas ambientais e sustentabilidade - Geppas	1	1
Salas para o Projeto de Apoio à Política de Proteção à Criança e ao Adolescente - PAPPCAS	2	3
Salas para o Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social	1	2
Auditório para eventos e reuniões com os acadêmicos	1 (estrutura insuficiente para atender as necessidades do ensino, da pesquisa e da extensão)	1 (estrutura maior, suficiente para atender as necessidades do ensino, da pesquisa e da extensão, no mínimo com espaço físico para 200 pessoas)

C) RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO: (descrever os recursos existentes e os necessários ao curso, como: computadores para administração do curso, arquivos, mesas etc.)

	Recursos materiais existentes	Recursos materiais necessários
Computadores	14	24
Impressora	08	18
Data show	01	08
Tela retrátil	00	08
Cortinas blecautes	00	08
Ar Condicionado em salas de aulas	00	08
Notebook	02	02
Televisão	01	01
Vídeo	00	01
Máquina fotográfica	02	01
Filmadora	00	01
Veículo	Garantia de carro e combustível para o atendimento das atividades do Estágio Supervisionado obrigatório (supervisões acadêmicas e reuniões nos campos de estágio)	Garantia de carro e combustível para o atendimento das atividades do Estágio Supervisionado obrigatório (supervisões acadêmicas e reuniões nos campos de estágio)
Mesas	42	52
Cadeiras	81	101
Armários	28	38
Vídeo conferência	01	01

#### D) RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS:

1. Recursos bibliográficos existentes: (quantificar os recursos bibliográficos existentes para o curso);

Estão disponíveis na biblioteca do *Campus* um número de exemplares referente à bibliografia básica adotada pelo Curso que há tempos não tem atualizado sua literatura, existindo a necessidade de aquisição de bibliografias.

2. Recursos bibliográficos necessários: listar a bibliografia necessária à aquisição

<b>Recursos Bibliográficos Necessários</b>
OLMO, Rosa Del. <b>A face oculta da droga</b> Rio de Janeiro: Revan, 1990. Tradução de Teresa Ottoni
BATISTA, Nilo. <b>Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje</b> Rio de Janeiro: Revan, 1990.
D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. <b>Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga</b> Rio de Janeiro: Revan: 2007. 2a. edição abril de 2008.
CARVALHO, Salo. <b>A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático.</b> Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
WACQUANT, Loïc. <b>As duas faces do gueto</b> São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução de Paulo Cezar Castanheira.
SODELLI, Marcelo. <b>Uso de Drogas e Prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade.</b> São Paulo: Iglu, 2010.
WACQUANT, Loïc. <b>As prisões da miséria</b> Rio de Janeiro: Zhar, 2001. Tradução de André Telles.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. <b>Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal</b> Rio de Janeiro: Revan, 1991. Tradução de Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição.
PADILHA, Walquíria. <b>Shopping center: a catedral das mercadorias</b> São Paulo: Boitempo, 2006
CARVALHO, José Murilo de. <b>Cidadania no Brasil: o longo caminho.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
DABÉNE, Olivier. <b>América Latina no século XX.</b> Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. Tradução de Maria Izabel Mallmann.
Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.** <b>Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais</b> TB (verificar se o número disponível é suficiente)
FORTI, V.; GUERRA, Y. RJ: Lumen Juris. <b>Ética e Direitos: Ensaio Críticos. 2ª. Ed. Revisada.</b> Editora, ano? (Coletânea Nova de Serviço Social - ver possibilidade de adquirir toda coleção). **

AGUIAR, Geraldo Antonio. <b>Serviço social e filosofia: das origens a Araxá.</b> São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 1982. (verificar se o número disponível é suficiente) TB
ARAUJO OLIVEIRA, Jaime de; FLEURY TEIXEIRA, Sonia M. <b>Previdência social. 0 anos de história da previdência no Brasil. 2. Ed.</b> Petrópolis: Vozes; ABRASCO, 1989. Coleção <b>Saúde e Realidade. *</b> (Im)
BARROCO, M. L. S. <b>Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 2ª. ed.</b> São Paulo: Cortez, 2003. (verificar se o número disponível é suficiente)
São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca básica de serviço social; v. 4). <b>** Ética: fundamentos sócio-históricos</b>
TERRA, S. H.; Conselho Federal de Serviço Social (org). <b>Código de Ética do/a assistente social (Comentado)</b> São Paulo: Cortez, 2012.
BATTINI, Odária (Org). 1940-1959. <b>As determinações do Serviço Social no Paraná. Gênese e institucionalização</b> (ver a possibilidade de doação pela Eduel)
BONETTI, Dilséia Adeodata, et. al (orgs). <b>Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis</b> São Paulo: Cortez, 1996.
CASTRO, Manuel Manrique. <b>História do Serviço Social na América Latina. 4 ed.</b> São Paulo: Cortez, 1993.
CORRÊA, M. (Org.) Campinas: Pagu: UNICAMP, 2006. <b>Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"</b> . (Coleção encontros). (verificar se o número disponível é suficiente) TB
COUTINHO, Carlos N. <b>Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.</b> São Paulo: Cortez, 2000. *
CARVALHO, José M.D. O longo caminho. <b>Cidadania no Brasil</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
CASTEL, R. As transformações da questão social. In: <b>Desigualdade e questão social.</b> São Paulo, EDUC,
COUTINHO. C.N. <b>De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política</b> São Paulo: Cortez,
DURIGUETTO, Maria Lucia. <b>Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário</b> São Paulo: Cortez,
NETTO, J.P. <b>Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário</b> São Paulo: Cortez,
PINSKY, J; PINSKY, Carla B. (Orgs) <b>História da cidadania.</b> São Paulo: Contexto,
SANTOS, Josiane Soares. <b>"Questão Social": particularidades no Brasil. Vol. 6.</b> São Paulo: Cortez, (coleção biblioteca básica).

SEVERINO, Antonio J. <b>Metodologia do Trabalho Científico.</b> São Paulo: Cortez,
WEFFORT, Francisco C (Org.). <b>Os clássicos da política.</b> São Paulo: Ática, v. 1 e 2.
TOMAZI, Nelson D. (Coord.). <b>Iniciação à Sociologia.</b> São Paulo: Atual,
ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres. <b>Serviço Social, trabalho e políticas públicas.</b> São Paulo: Saraiva, 2011.
ANTUNES, Ricardo (org.) <b>A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2004.
ARREGUI, Carola Carbajal; BLANES, Denise Néri Blanes (orgs.). <b>Metodologias do trabalho social.</b> São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.
BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (org.). <b>A prática profissional do assistente social: teoria, prática, construção do conhecimento. vol. I.</b> São Paulo: Veras Editora, 2009.
CFESS/ABEPSS. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. <b>Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais.</b> Publicação: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
COMPARATO, Fábio Konder. <b>Ética: direito moral e religião no mundo moderno.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. <b>Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.</b> São Paulo: Cortez, 2007.
LESSA, Sergio. <b>Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. 2ª. Edição.</b> São Paulo: Cortez, 2011. (Textos Seleccionados).
MÉSZÁROS, István. <b>A Educação para além do capital. 2ª.ed.</b> São Paulo: Boitempo, 2008.
BARCELOS, Valdo. <b>Educação Ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes.</b> Petrópolis: Vozes, 2008.
BECK, Ulrich. Tradução de Sebastião Nascimento. <b>Sociedade de risco: rumo a outra modernidade</b> São Paulo: Ed. 34, 2010.
BOFF, Leonardo. <b>Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra. 15ª. ed.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Textos Seleccionados)
COUTINHO, Ronaldo; BONIZZATO, Luigi. <b>Direito da Cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano.</b> Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.
GÓMEZ, J. <sup>a</sup> Dominguez, AGUADO, Octávio Vázquez, PÉRZ, Alejandro Gaona (org.). Tradução de Silvana Cobucci. <b>Serviço Social e meio ambiente.</b> São Paulo: Cortez, 2005.

KOGA, Dirce. <b>Medidas de Cidade: entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª. Edição</b> São Paulo: Cortez, 2011. (Textos Seleccionados)
SARLET, Ingo Wolfgang; FERSTERSEIFER, Tiago. <b>Direito Constitucional Ambiental: estudos sobre a Constituição, os direitos fundamentais e a proteção do ambiente.</b> São Paulo: Editora dos Tribunais, 2011. (Textos Seleccionados)
SILVA, Maria das Graças e. <b>Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.</b> São Paulo: Cortez, 2010 (Textos Seleccionados)
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER; Artur Magon (org). <b>Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2010.
VEYRET, Yvette. Tradução Dílson Ferreira da Cruz. <b>Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.</b> São Paulo: Contexto, 2007.
SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. Traduzido por Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. <b>As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.</b> São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
SANTANA, Raquel. <b>Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social.</b> São Paulo: Cortez, 2012
CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. <b>A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio.</b> São Paulo: Cortez e CLACSO Editora, 2011.
LUSA, Mailiz Garibotti. <b>Lutas sociais no campo e políticas públicas.</b> Do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas.
ABRAMOVAY, Ricardo. <b>O futuro das regiões rurais.</b> Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.
SAUER, Sérgio. <b>Terra e modernidade.</b> A reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
PAULINO, Eliane Tomasini; ALMEIDA, Roesemeire A. de. <b>Terra e território-</b> a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010
SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves dos. <b>Geografia agrária, território e desenvolvimento.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2010.
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur, M. <b>Cidade e campo -</b> relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



IAMAMOTO, Marilda Vilela. <b>Trabalho e indivíduo social</b> . São Paulo: Cortez, 2008.
MOTTA Marcia; ZARTH, Paulo. <b>Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história</b> . São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
WELCH, Clifford, MALAGODI, Edgar (e outros). <b>Camponeses brasileiros</b> . São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) <b>Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual</b> . São Paulo: Expressão Popular e CLACSO Editora, 2008.
MENDES, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes. <b>Das Necessidades aos Direitos</b> . São Paulo: Malheiros, 1994. (Série Direitos da Criança, 4).
ARREGUI, Carola C.; BLANES, Denise N. (orgs.). <b>Metodologias do Trabalho Social</b> . SP: IEE/PUC, 2008.
NOGUEIRA, Marco Aurélio. <b>Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática</b> . São Paulo: Cortez, 2004.
SILVA, ADEMIR A. da. <b>A gestão da Seguridade social brasileira: entre a política e o mercado</b> . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
POCHMANN, Marcio. <b>Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil</b> . São Paulo: Cortez, 2010.
JACCOUD, Luciana. <b>Proteção social no Brasil: debates e desafios</b> . Brasília: MDS, UNESCO, 2007
SIMÕES, Carlos. <b>Curso de Direito do Serviço Social - (Acompanha CD) Editora cortez. Vol.3</b>

E) RECURSOS DE LABORATÓRIOS:

1- Recursos existentes de laboratório: (descrever os recursos de laboratório existentes e disponíveis para o curso);

Recursos existentes de laboratório:	Recursos necessários de laboratório:
Um Laboratório de Informática com capacidade para 32 acadêmicos, não atende portanto a necessidade do curso.	Um Laboratório de Informática com capacidade para atender no mínimo quarenta acadêmicos.

F) OUTROS RECURSOS NECESSÁRIOS.

Observação: Não consta, anexo, o Regulamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social, o Regulamento do Trabalho de

Conclusão de Curso, Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares e o Regulamento das disciplinas de Práxis Profissional em Serviço Social I e II, pois os mesmos encontram-se em reestruturação e elaboração para serem apreciados e aprovados na sequência, observando as alterações da grade curricular a ser implantada em 2015.

### **XVIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABESS/CEDEPSS. "Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)". Cadernos ABESS, São Paulo, n. 7, p.58-76, nov. 1997.

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Serviço Social e Sociedade (50). São Paulo: Cortez, p.143-171, abril, 1996.

BONETTI, Dilséa A. (org.) Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em: 23 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm) > Acesso em: 23 de Agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/93966/lei-11645-08> > Acesso em: 23 de Agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17810&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866)> Acesso em: 23 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17810&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866) > Acesso em: 23 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, CNE, 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> > Acesso em: 23 de Agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004. Acesso em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=913&id=13788%3Adiversidade-etnico-racial&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=913&id=13788%3Adiversidade-etnico-racial&option=com_content) > Disponível em: 23 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015), 2013. Disponível em: < <http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf> > Acesso em: 23 de agosto de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson, Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Cadernos

ABESS, São Paulo, n. 4, p.5-17, mai. 1995.

GUERRA, Yolanda. Ensino da Prática Profissional no Serviço Social: subsídios para uma reflexão. In Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, v. 1, no. 2, jul/dez 2.000, Valci, p. 153 a 162, 2000.

\_\_\_\_\_. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate. In: Oficina Regional da ABEPSS - Região Sul I. Florianópolis; mai; 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio Críticos. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

MONTAÑO, Carlos. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão. Serviço Social e Sociedade (59), São Paulo: Cortez, p. 47-79, março, 1999.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade (50), São Paulo: Cortez, p. 87-132, abril, 1996.

PARANÁ. Processo n.º 880/2006. Deliberação n.º 04/06. Aprovada em 02/08/06. Comissão temporária - Portaria n.º 08/06. Interessado: Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Estado do Paraná. Assunto: Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <  
[http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao\\_04\\_06.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf) > Acesso em: 23 de agosto de 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Faculdade de Serviço Social. Currículo do Curso de Serviço Social. São Paulo: 1996.

ROESLER, Marli Renate Von Borstel. Investigando as construções cotidianas: uma contribuição ao curso de Serviço Social da UNIOESTE de Toledo. Dissertação de mestrado. PUC-PR, 1994.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico, 22 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

TOLEDO. Anais do X Encontro do Fórum Paranaense de Educação para a Diversidade Etnicorracial do Paraná. 10 anos da Lei

Federal n. 10.639/03: Desafios e perspectivas em sua implementação na educação escolar no Paraná. FPEDER/PR; UNIOESTE, 2013